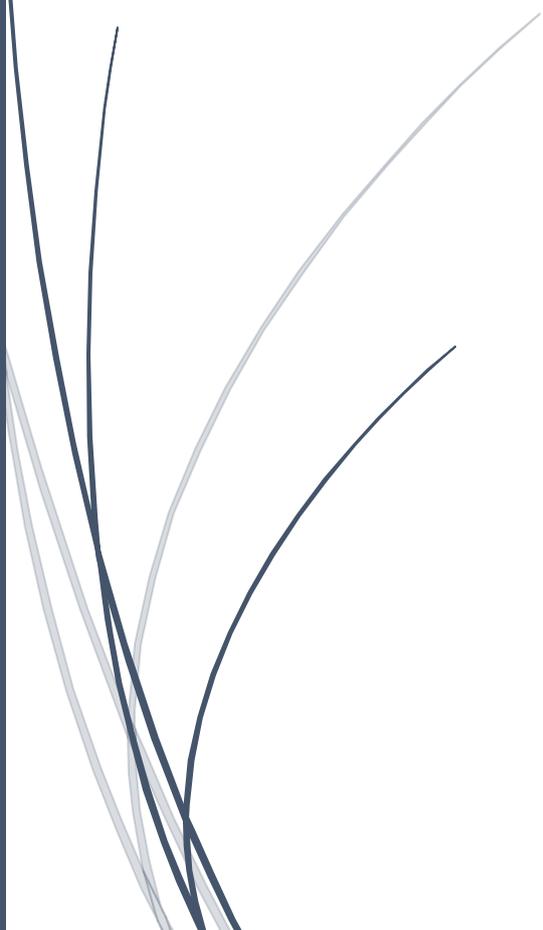


Ministério do Turismo



MINISTÉRIO DO TURISMO

Marcelo Álvaro Antônio

Ministro de Estado do Turismo

COMITÊ ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Daniel Diniz Nepomuceno

Secretário-Executivo

Presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Aluizer Malab Barbosa do Nascimento

Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Robson Napier Borchio

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo

Babington dos Santos

Secretário Nacional de Integração Interinstitucional

Hercy Ayres Rodrigues Filho Chefe de Gabinete do Ministro de Estado

Higino Brito Vieira

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Luana Mara Nunes Boldori

Subsecretária de Gestão Estratégica

Igor Ticchetti Kishi

Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Gabinete do Ministro:

Maurício Sponton Rasi (Titular)

Leandro Costa Coppi (Suplente)

Secretaria-Executiva:

Leonardo de Sena Marquine (Titular)

Neusvaldo Ferreira Lima (Suplente)

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:

Neuzi de Oliveira Lopes da Silva (Titular)

Fabício Bezerra Queiroz (Suplente)

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:

Igor Ticchetti Kishi (Titular)

Jean Ribas de Araújo (Suplente)

Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo:

Cristiano Araújo Borges (Titular)

Carolina Fávero de Souza (Suplente)

Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo:

Márcia Beatriz Beiró Lourenço (Titular)

Guilherme Medeiros Pimentel (Suplente)

O Grupo de Trabalho foi designado pela Portaria nº 167, de 14 de novembro de 2018.

A aprovação do PDTI é realizada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo instituído pela Portaria nº 92, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

Brasília – DF
2019

EQUIPE TÉCNICA DA CGTI

Guilherme Bitar da Silva

Humberto Azevedo de Sousa

Jean Ribas de Araújo

Leandro Medeiros da Silva de Lima

Luciana Gondim da Silva

Rogério Araujo da Silva

Maria Aparecida Gomes

Mariana Messias Prezzoto

Mario Rudá Pontes de Andrade

Sumaid Andrade de Albuquerque

Histórico de Alterações

Data	Versão	Descrição	Autor
14/11/2018	-	Criação do documento	Equipe PDTIC
31/01/2019	1.0	Minuta do PDTIC 2019-2020 finalizada	Equipe PDTIC
10/05/2019	1.1	Minuta do PDTIC 2019-2020	Equipe PDTIC
14/05/2019	1.2	Aprovação do PDTIC 2017-2018	Comitê Estratégico de TI

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	9
2.	INTRODUÇÃO.....	10
3.	REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DO TURISMO.....	11
4.	METODOLOGIA APLICADA	13
5.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	14
6.	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	20
7.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI	25
7.1	Organização da TI	25
7.2	Organograma do Ministério do Turismo.....	25
7.3	Organograma da Unidade de TI	25
7.4	Catálogo de Serviços de TI	27
7.5	Inventário de Hardware	28
7.6	Portfólio de Aplicações.....	28
7.7	Recursos Humanos de TI	28
7.8	Arquitetura Tecnológica da TI.....	28
7.9	Políticas de TI	29
7.9.1	Política de Aquisição e Substituição de Equipamentos	29
7.9.2	Política de Descarte de Equipamentos	30
7.10	Estratégia de Terceirização.....	30
8	SITUAÇÃO ATUAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO	34
8.1	Escritório de Planejamento e Gestão.....	37
8.2	Escritório de Gerenciamento de Projetos	37
8.3	Núcleo de Segurança da Informação e Comunicações	39
8.4	Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação	40
9	RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR	42
9.1	Metodologia de apuração	42
9.2	Resultados PDTIC 2017-2018	42
9.2.1	Ações.....	42
9.2.2	Metas.....	43
9.2.3	Necessidades.....	44
9.3	Problemas encontrados e resultados obtidos	45
9.4	Conclusões sobre PDTI anterior	45
10	REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI	45
10.1	Missão	46
10.2	Visão.....	46
10.3	Valores.....	46
11	ANÁLISE SWOT.....	46
12	INVENTÁRIO DE NECESSIDADES DE TI	48

12.1	Critérios de Priorização	48
12.2	Necessidades Identificadas.....	49
13	PLANO DE METAS E AÇÕES.....	65
14	PLANO ORÇAMENTÁRIO	82
15	PLANO DE CAPACITAÇÃO	97
16	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS.....	103
17	PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC.....	147
18	PLANO DE MONITORAMENTO.....	148
19	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	150
20	CONCLUSÃO.....	151
21	SIGLAS	152
22	ANEXOS	154
	ANEXO I - INVENTÁRIO DE TI.....	154
	ANEXO II - APLICAÇÕES DESENVOLVIDAS E MANTIDAS NO MTUR.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos humanos da área de TI do Ministério do Turismo – posição em fevereiro/2019*	28
Tabela 2 - Resultado das ações do PDTIC anterior	42
Tabela 3 - Resultado das metas do PDTIC anterior	43
Tabela 4 - Resultado das necessidades do PDTIC anterior	44
Tabela 5 - Pontuação dos critérios de Priorização das Necessidades	49
Tabela 6 - Proposta de cargos necessários para A TI	102
Tabela 7 - Proposta de força total de servidores efetivos necessária	102
Tabela 8 - Matriz de Riscos	105
Tabela 9 - Microcomputadores	154
Tabela 10 - Notebooks	154
Tabela 11 - Impressoras multifuncionais	155
Tabela 12 - Escaneres	156
Tabela 13 - Ativos de rede	157
Tabela 14 - Equipamentos de TI	161
Tabela 15 - Telefones	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos e Metas Estratégicos PPA	12
Quadro 2 - Diretrizes do PNT 2018-2022	12
Quadro 3 - Documentos de Referência	19
Quadro 4 - Princípios	20
Quadro 5 - Diretrizes	24
Quadro 6 - Contratos de TI vigentes	33
Quadro 7 – Contratos de TI encerrado e na garantia técnica	33
Quadro 8 - Descrição sucinta das melhores práticas adotadas na CGTI	37
Quadro 9 - Matriz SWOT	47
Quadro 10 - Critérios de priorização das Necessidades	48
Quadro 11 - Necessidades de TI priorizadas	64
Quadro 12 - Plano de Metas e Ações	81
Quadro 13 - Plano de Contratações e Aquisições de Soluções de TI	96
Quadro 14 - Capacitação dos servidores em 2019-2020	100
Quadro 15 - Descrição dos critérios de classificação - Impacto x Probabilidade	104
Quadro 16 - Plano de Gestão de Riscos	146
Quadro 17 - Sistemas	174
Quadro 18 - sites e portais	176
Quadro 19 - Aplicativos móveis	177
Quadro 20 - Plataforma de Gestão do Turismo	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Ministério do Turismo.....	25
Figura 2 - Estrutura Organizacional atual da Unidade de TI do MTur	26
Figura 3 - Proposta de estrutura da CGTI do MTur	26
Figura 4 - Estrutura do Catálogo de Serviços de TI.....	28
Figura 5 - Realização da Arquitetura Java	29
Figura 6 - Perspectivas de observação da governança no setor público	35
Figura 7 - Melhores práticas de TI adotadas pelo MTur	36
Figura 8 - Gráficos Governança	38
Figura 9 - Análise de Execução das Ações do PDTI 2017-2018	43
Figura 10 - Alcance Metas do PDTI 2017-2018	44
Figura 11 - Análise do atendimento das Necessidades do PDTI 2017-2018	45
Figura 12 - Proposta de Nova Estrutura Organizacional para a TI	101
Figura 13 - Proposta de Estrutura Organizacional Mínima para a TI.....	101

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2019-2020 do Ministério do Turismo, documento que define o conjunto de metas e ações que deverão direcionar os investimentos em Tecnologia da Informação no citado período. A elaboração deste trabalho é fruto de um processo participativo de coleta de dados e análise de informações das diferentes áreas do MTur. O trabalho foi conduzido pela Equipe de Elaboração do PDTIC, composta por membros das diferentes estruturas do órgão, e acompanhado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI/MTur).

Os diagnósticos, as análises, as necessidades de informações levantadas e os planos apresentados neste documento referem-se exclusivamente às necessidades de TI do Ministério e de suas unidades internas.

O documento contempla ainda o planejamento das ações da Coordenação-Geral de TI do Ministério e deve ser executado nos anos de 2019 e 2020 a fim de garantir o suprimento de informação e tecnologia que o órgão precisará para cumprir seus objetivos finalísticos.

Pretende-se assim que este seja um instrumento de gestão norteador para o MTur na execução de suas ações, bem como no alcance de suas metas, visando sempre o cumprimento de sua missão.

2. INTRODUÇÃO

As melhores práticas relacionadas à gestão eficiente dos recursos de tecnologia da informação orientam as instituições públicas sobre a necessidade de um planejamento, no qual estejam relacionadas as metas da instituição associadas às ações da área de TI a serem executadas com vistas ao cumprimento de sua missão.

Em conformidade também com Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI/MPOG, que estabelece a necessidade de alinhamento entre as ações e aquisições de soluções de TI e o Planejamento de TI do órgão, o Ministério do Turismo elaborou o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação com o objetivo de diagnosticar a situação atual de TI, identificar as necessidades de informação, planejar o atendimento dessas necessidades por meio de metas e ações a serem alcançadas, definir mecanismos de acompanhamento e controle da sua execução e estabelecer o cenário futuro desejado para TI do MTur.

3. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Considerando que atualmente o MTur não possui Plano Estratégico Institucional vigente, foi utilizado para elaboração do presente PDTIC o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, subsidiado pelos objetivos e metas de responsabilidade do Ministério do Turismo.

Também foi observado o Plano Nacional de Turismo - PNT 2018-2022, responsável por estabelecer diretrizes para a implementação da Política Nacional de Turismo.

Objetivos previstos no PPA	Metas previstas no PPA
OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Aumentar de 48,4 para 53 a nota da dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional · Órgão responsável: Ministério do Turismo
	Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional · Órgão responsável: Ministério do Turismo
	Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,5 milhões · Órgão responsável: Ministério do Turismo
OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Aumentar de 48,4 para 53 a nota da dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional · Órgão responsável: Ministério do Turismo .
	Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional · Órgão responsável: Ministério do Turismo
	Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,5 milhões · Órgão responsável: Ministério do Turismo
OBJETIVO: 0988 - Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens. Órgão Responsável: Presidência da República	Desenvolver, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, iniciativas que promovam a cultura de viagem entre os jovens · Órgão responsável: Ministério do Turismo

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade. Órgão Responsável: Ministério dos Direitos Humanos

Implantar praias acessíveis · Órgão responsável: **Ministério do Turismo**

Quadro 1 - Objetivos e Metas Estratégicos PPA

Numa visão macro, a tabela abaixo traz as diretrizes do PNT.

Diretrizes do Plano Nacional do Turismo 2018-2022
Fortalecimento da regionalização
Melhoria da qualidade e competitividade
Incentivo à inovação
Promoção da sustentabilidade

Quadro 2 - Diretrizes do PNT 2018-2022

Foi questionado às diversas áreas do Ministério do Turismo qual o relacionamento de suas necessidades de tecnologia da informação com o PPA e com o PNT, por meio de questionários online (ferramenta *Google Form*).

O PDTIC também observou em sua elaboração a Estratégia de Governança Digital - EGD 2016 - 2019 do Ministério do Planejamento, o qual subsidiou princípios do presente Plano Diretor de TIC.

4. METODOLOGIA APLICADA

Para nortear a elaboração deste Plano Diretor de TI utilizou-se o Guia de PDTIC (versão 2.0) do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Estratégia de Governança Digital - EGD 2016 - 2019, bem como o Plano Diretor de TI anterior do próprio Ministério do Turismo. Foram observadas ainda outras recomendações emanadas pelo SISP e de órgãos de controle.

O processo de construção deste Plano foi realizado com base na metodologia de gerenciamento de projetos adotada no Ministério do Turismo, definida pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI da CGTI. As atividades realizadas compreenderam as fases de:

- **Preparação** – definição da equipe de elaboração, formalização da abertura do projeto, levantamento e análise de documentos de referência, estratégias da organização e princípios e diretrizes norteadores do trabalho.
- **Diagnóstico** – levantamento da situação atual da TI em relação à sua estrutura, serviços, processos, situação de governança, gestão, segurança e demais aspectos. Esse diagnóstico constitui uma etapa importante para a definição das necessidades de TI do órgão. Outra atividade essencial para essa definição foi o levantamento das necessidades de informação – que geram necessidades de TI em serviços, infraestrutura, contratação ou pessoal – junto às áreas do MTur. Este PDTIC contou com o levantamento individualizado das necessidades de informação junto a cada unidade organizacional do Ministério utilizando a ferramenta *Google Forms*, além do esclarecimento de dúvidas junto a representantes das áreas.
- **Alinhamento Estratégico** – consolidação das necessidades de TI levantadas e alinhamento dessas às estratégias da organização.
- **Planejamento** – planejamento de metas e ações para cada uma das necessidades de TI levantadas, planejamento orçamentário, planejamento de pessoal, e análise dos riscos às ações de TI.
- **Monitoramento** – avaliação dos resultados do PDTIC anterior, definição da forma de monitoramento e acompanhamento do PDTIC atual, do processo de revisão, e identificação dos fatores críticos para a execução do PDTIC.

Uma vez consolidadas todas as informações acima, a minuta do PDTIC é submetida ao Comitê Estratégico de TI do MTur, a quem compete a aprovação do presente plano e sua posterior publicação.

5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Este item trata dos documentos mais relevantes utilizados como referência para realizar os processos das fases de preparação, diagnóstico e de planejamento do PDTIC. A tabela abaixo lista os documentos e apresenta a descrição sucinta de cada um deles.

ID	Documentos de Referência	Descrição
DR1	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF/88	Lei maior do Estado Brasileiro que estabelece, entre outros, regras e princípios norteadores para atuação da Administração-Pública.
DR2	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
DR3	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
DR4	Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Estabelece a descentralização de atividades de execução da Administração Federal para possibilitar que a Administração se dedique às tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.
DR5	Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.	Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
DR6	Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
DR7	Lei nº 12.965, de 23 abril de 2014	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
DR8	Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.
DR9	Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
DR10	Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, altera o Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo, e remaneja cargos em comissão.
DR11	Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016	Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
DR12	Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994	Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
DR13	Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

DR14	Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. <u>(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).</u>
DR15	Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000	Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
DR16	Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.	Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
DR17	Instrução Normativa MP/SLTI nº4, de 11 de setembro de 2014.	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.
DR18	Instrução Normativa MP nº 5, de 26 de maio de 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
DR19	Instrução normativa MP/SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
DR20	Instrução normativa MP/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
DR21	Portaria Interministerial nº- 141, de 2 de maio de 2014	Regulamenta Decreto 8.135/2013.
DR22	Portaria Normativa SLTI nº 03 de 07 de maio de 2007	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISF.
DR23	Portaria SLTI nº 40, de 14 de setembro de 2016	Institui o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (PCTIC) como ferramenta de planejamento a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo federal (SISF).
DR24	Portaria SLTI nº 7, de 08 de abril de 2013	Dispõe sobre o preenchimento do Autodiagnóstico no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF.

DR25	Portaria normativa SLTI nº 05 de 14 de julho de 2005	Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISPI, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do documento.
DR26	Portaria MP/SLTI Nº 02, 16 de março de 2010.	Dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
DR27	Portaria nº 51, de 7 de outubro de 2016	Regulamenta o processo de autorização de registro de domínios ".gov.br".
DR28	Portaria MTur nº 343, de 26 de outubro de 2012	Institui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, dispõe sobre suas competências e estabelece diretrizes para aquisição, desenvolvimento, governança e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério do Turismo (alterada pela Portaria nº 181, de 28 de julho de 2016).
DR29	Portaria MTur nº 344, de 26 de outubro de 2012	Institui Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e dispõe sobre suas competências, no âmbito do Ministério do Turismo.
DR30	Portaria MTur nº 108, de 22 de maio de 2013	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, no âmbito do Ministério do Turismo.
DR31	Portaria MTur nº 183, de 29 de julho de 2016.	Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito do Ministério do Turismo e dá outras providências.
DR32	Portaria MTur nº 181, de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pelo Ministério do Turismo e dá outras providências.
DR33	Portaria nº 100, de 22 de junho de 2017	Institui Comitê Permanente para a desburocratização, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências.
DR34	Nota técnica SEFTI/TCU 6/2010	Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal.
DR35	Nota Técnica SEFTI/TCU nº 02/2008	Uso do Pregão para aquisição de bens e serviços de Tecnologia de Informação.
DR36	Nota Técnica SEFTI/TCU nº 05/2010	Condições em que há possibilidade de exigência da demonstração de qualidade de processo em contratações de serviços de software.

DR37	Plano Plurianual 2016-2019	Instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.
DR38	O Plano Nacional de Turismo 2018-2022	Instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo.
DR39	Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016- 2019	Estabelece objetivos estratégicos e metas para os órgãos do SISP, em diferentes perspectivas de atuação, e propõe a mensuração objetiva de resultados por meio de indicadores.
DR40	Guia de Elaboração de Plano Diretor Tecnologia da Informação e Comunicações –PDTIC do SISP v.2.0	Documento da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e <i>templates</i> para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações.
DR41	Orientações para elaboração / ajuste de especificações técnicas de ativos de TI – Versão 3	Orientações do Ministério do Planejamento para contratações de TI (publicado em 06/05/16).
DR42	Boas práticas, orientações e vedações para contratação de Serviços de Computação em Nuvem	Orientações do Ministério do Planejamento para contratações de serviço em nuvem (publicado em 11/05/16).
DR43	Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão	Orientações do Ministério do Planejamento para contratações de serviços de outsourcing de impressão (publicado em 20/01/2017.)
DR44	Boas práticas, vedações e orientações para contratação de software e de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (Fábrica de Software)	Orientações do Ministério do Planejamento para contratação e desenvolvimento de software (publicado em 27/12/16).
DR45	Acórdão 380/2011-Plenário e Acórdão 2746/2010-Plenário	Orienta a elaboração do PDTIC com observância da Estratégia-Geral de TI, estratégia do órgão e Cobit 4.1.
DR46	Acórdão 2938/2010-Plenário	Orienta que a estratégia de TI deve se atentar aos prazos, ações e recursos (humanos e materiais) atendendo ao princípio constitucional da eficiência.
DR47	Acórdão 1.200/2014 – TCU – Plenário	Diagnóstico da situação da estrutura de recursos humanos alocadas na área de tecnologia da informação das instituições públicas federais.
DR48	Acórdão 1.480 / 2007 – TCU - Plenário	Definição da forma de aferir o nível de maturidade dos processos de contratação e gestão contratual e da área de TI.
DR49	Acórdão 1.521/2003-TCU- Plenário	Orientação de uso de planejamento anterior à contratação alinhado com planejamento estratégico.
DR50	Acórdão 1.558/2003-TCU-Plenário	Relata a importância do planejamento para o cumprimento do princípio constitucional da eficiência.

DR51	Acórdão 1.970/2006-TCU- Segunda Câmara	Afirma que as ações orçamentárias devem ser pautadas por um planejamento prévio do órgão.
DR52	Acórdão 2.023 / 2005 – TCU - Plenário	Estabelece obrigatoriedade de aderência à Política de Segurança da Informação, à Política de Controle de Acesso, à Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas e às outras normas de segurança da informação vigentes no Ministério.
DR53	Acórdão 2.094/2004-TCU- Plenário	Determina que todas as aquisições devem ser realizadas em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com seu plano diretor de informática.
DR54	Acórdão 2.585/2012 – TCU – Plenário (Relatório e Voto) - Avaliação da governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal	Avaliação da governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal.
DR55	Acórdão 304/2006-TCU-Plenário	Afirma que a falta de motivação e de planejamento podem impedir que sejam alcançados os princípios da eficiência, eficácia e economicidade dos gastos públicos.
DR56	Acórdão 140/2005-TCU-Plenário	Relata a importância do planejamento estratégico e devidos alinhamentos. Relata também sobre o exercício do núcleo de atividades estratégicas de informática.
DR57	Acórdão 786/2006-TCU-Plenário	Retrata a importância de o setor de informática ser dotado de estrutura funcional e quadro permanente suficiente.
DR58	COBIT - Control Objectives for Information and related Technology 4.1	Boas práticas através do modelo de domínios e processos para TI.
DR59	Information Technology Infrastructure Library – ITIL	Biblioteca composta das melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI.
DR60	Livro Elaboração de PDTI - BARROS, Fábio Gomes	Livro que apresenta sessões de aprendizado para a elaboração do PDTI.
DR61	Project Management Body of Knowledge – PMBOK	Guia de boas práticas de Gerenciamento de Projetos.
DR62	Roteiro de Métricas de Software da SLTI de 2012 – versão 2.0	Apresenta um roteiro de métricas, com base nas regras de contagem de pontos de função do Manual de Práticas de Contagem (CPM 4.3), para vários tipos de projetos de desenvolvimento e de manutenção de sistemas.
DR63	Caderno de pesquisa de preços	Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº 5/2014 – SLTI/MPOG que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
DR64	Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019	Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo, revoga a Portaria nº 95, de 19 de junho de 2017, e dá outras providências.

DR65	Normas complementares GSI/PR Disciplina a gestão e diretrizes de Segurança da nº 1 a 21 da Presidência da Informação. República
DR66	Plano Diretor de Tecnologia de PDTI vigente no período de 2017-2018. Informação do Ministério do Turismo - PDTIC 2017-2018

Quadro 3 - Documentos de Referência

6. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os quadros abaixo listam os princípios e diretrizes que nortearam o desenvolvimento do PDTIC, apoiando-se na priorização de necessidades e critérios para aceitação de riscos.

ID	Princípios	Origem
P1	Legalidade	Constituição Federal (art.37)
P2	Impessoalidade	Constituição Federal (art.37)
P3	Moralidade	Constituição Federal (art.37)
P4	Publicidade	Constituição Federal (art.37)
P5	Eficiência	Constituição Federal (art.37)
P6	Planejamento	Decreto Lei 200/67
P7	Coordenação	Decreto Lei 200/67
P8	Descentralização	Decreto Lei 200/67
P9	Delegação de Competência	Decreto Lei 200/67
P10	Controle	Decreto Lei 200/67
P11	Eficácia	Decreto N° 1.171/94
P12	Isonomia	Constituição Federal (art.37, XXI) e Lei nº 8.666/93
P13	Economicidade/Vantajosidade	Lei nº 8.666/93
P14	Zelo	Decreto nº 1.171/94

Quadro 4 - Princípios

ID	Diretrizes	Origem
D1	As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.	Lei 8666/93 Art.2°
D2	As comunicações de dados deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias.	Decreto nº 8.135/2013, Art.1°; Portaria interministerial nº 141, de 2 de maio de 2014
D3	Os programas e equipamentos destinados às atividades de comunicações de dados deverão ter características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.	Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013

D4	Os serviços de redes de telecomunicações e de tecnologia da informação prestados por fornecedores privados ou por órgãos e entidades fornecedores devem adotar os padrões definidos, em capítulo específico, da arquitetura e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.	Portaria interministerial nº 141, de 2 de maio de 2014.
D5	Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.	Decreto Lei 200/67, Art.10, §7º
D6	As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade.	Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014; Acórdão 1.521/2003-TCU-Plenário; Acórdão 1.558/2003-TCU-Plenário; Acórdão 2.094/2004-TCU-Plenário; Acórdão 140/2005-TCU-Plenário.
D7	A aquisição de bens ou a contratação de serviços referentes à área de TI, no âmbito do Ministério do Turismo, deverão ser precedidas de análise estratégica e autorização do CETI.	Portaria MTur nº 343, de 26 de outubro de 2012
D8	As ações orçamentárias devem ser pautadas por um planejamento prévio do órgão, inclusive, dada a aproximação do orçamento ao planejamento, aquele, dentre as muitas funções que possui, pode ser considerado como instrumento de execução do que se planeja.	Acórdão 1.970/2006-TCU-Segunda Câmara
D9	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados).	COBIT - <i>Control Objectives for Information and Related Technology</i> ; ITIL - <i>Information Technology Infrastructure Library</i>
D10	Priorização de plataforma web no desenvolvimento de sistemas e interface de usuários.	Portal do Software Livre da Presidência da República (www.softwarelivre.gov.br)

D11	O planejamento da implantação, desenvolvimento ou atualização de sistemas, equipamentos e programas em Tecnologia da Informação reger-se-á, por políticas, diretrizes e especificações sistematizadas por meio dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), visando assegurar de forma progressiva a interoperabilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	Portaria Normativa MP/SLTI nº 05/2005
D12	O planejamento, implantação, desenvolvimento ou atualização de portais e sítios eletrônicos, sistemas, equipamentos e programas em Tecnologia da Informação reger-se-á pelas políticas, diretrizes e especificações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), visando assegurar de forma progressiva a acessibilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	Portaria MP/SLTI nº 03/2007
D13	As especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.	Instrução normativa MPOG/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Portaria MTur nº 181, de 26 de abril de 2012
D14	Garantir a Segurança da Informação e Comunicações: Implementar ações a fim de que a segurança da informação e comunicações seja efetiva em seus princípios de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.	Estratégia de Governança Digital EGD 2016/2019
D15	Necessidade de a alta administração responsabilizar-se formalmente pelas políticas de TI, com o estabelecimento de objetivos, indicadores e metas de TI. As políticas corporativas de TI constituem a base para a governança de TI.	Acórdão Plenário 2.585/2012 – TCU
D16	Promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio	Lei 12.965/14 Art.24, inciso III

	de informações e a celeridade de procedimentos.	
D17	Publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada.	Lei 12.965/14 Art.24, inciso VI
D18	As aplicações de internet de entes do poder público devem buscar: II - Acessibilidade a todos os interessados, independentemente de suas capacidades físico- motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais, mentais, culturais e sociais, resguardados os aspectos de sigilo e restrições administrativas e legais.	Lei 12.965/14 Art.25, inciso II
D19	Criação, desenvolvimento e manutenção de mentalidade de segurança da informação.	Decreto 3.505, de 2000. Art. 1º, inciso V
D20	Os bens de informática e automação considerados ociosos deverão obedecer à política de inclusão digital do Governo Federal.	Instrução normativa MPOG/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010
D21	Para aquisição de bens e serviços comuns, deverá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; nota técnica SEFTI/TCU nº 02/2008; Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000
D22	Necessária uma definição do processo de gerenciamento do desenvolvimento e manutenção do software para alcançar objetividade na especificação técnica para contratação de serviços de software de modo a tornar possível a aferição da qualidade de processos e produtos.	Nota técnica SEFTI/TCU nº 05/2010
D23	Comitê que envolva pessoas de áreas diversas do Ministério, com poder de decisão em relação aos investimentos em TI, e que se responsabilize por alinhar essa área aos objetivos de negócios, identificando as necessidades de recursos atuais e futuras e estabelecendo prioridades quanto aos investimentos.	Acórdão 2.023/2005-TCU-Plenário
D24	Expandir e inovar a prestação de serviços digitais.	Estratégia de Governança Digital EGD 2016/2019
D25	Assegurar que a informação, as ações e os recursos de TIC sejam economicamente viáveis, ambientalmente corretos, socialmente justos e culturalmente aceitos.	Estratégia de Governança Digital EGD 2016/2019

D26	Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.	Estratégia de Governança Digital EGD 2016/2019
D27	Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão.	Estratégia de Governança Digital EGD 2016/2019
D28	Utilização de recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos.	Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016
D29	Melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos.	PPA 2016-2019

Quadro 5 - Diretrizes

7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI

7.1 Organização da TI

A área de Tecnologia da Informação deve ser entendida como o elemento organizacional responsável pela estruturação, utilização e disponibilização do ferramental tecnológico de suporte aos programas, atividades e ações de todas as unidades do Ministério do Turismo. No MTur, as atividades de TI são gerenciadas de forma **centralizada e exclusiva** pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

7.2 Organograma do Ministério do Turismo

O Ministério do Turismo teve sua nova estrutura definida com a publicação do Decreto nº 9.664, de 2 de janeiro de 2019. Suas secretarias, diretorias, coordenações e outros estão representadas na figura seguinte:

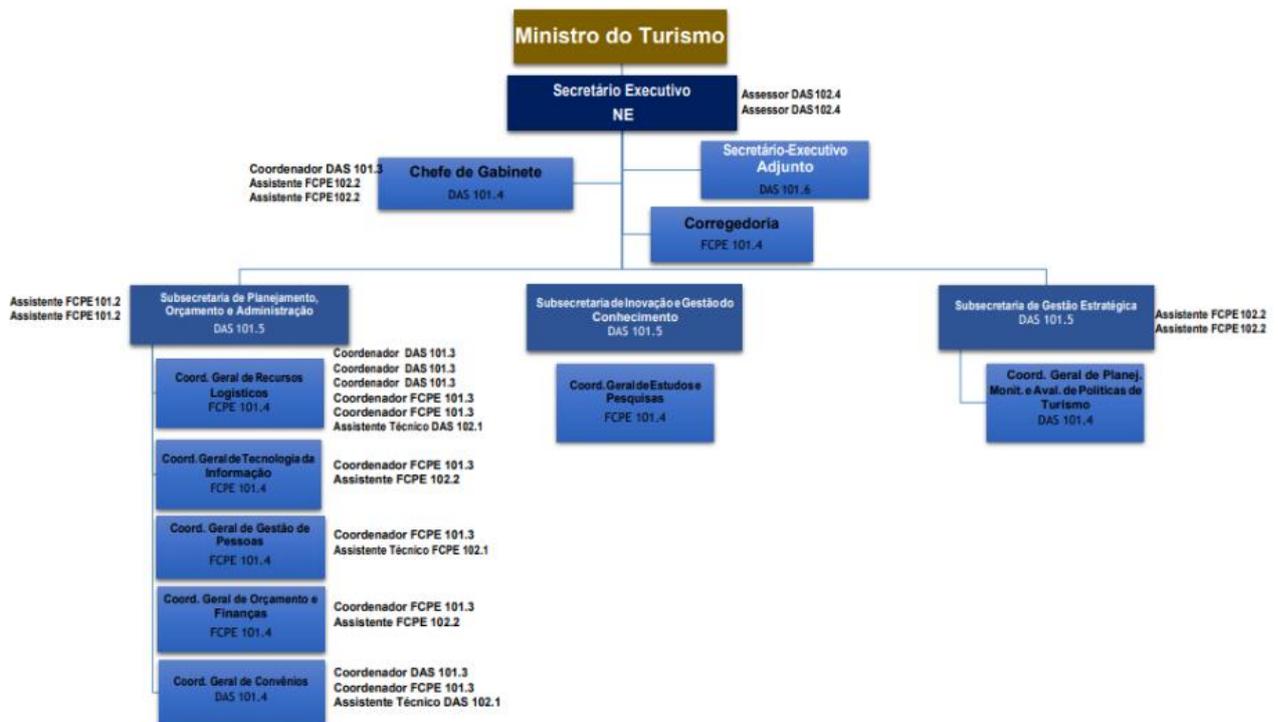


Figura 1 - Organograma do Ministério do Turismo

A CGTI encontra-se subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração que, por sua vez, é parte integrante da Secretaria Executiva deste Ministério. O detalhamento de todas as áreas do Ministério do Turismo pode ser acessado no site do órgão. A Coordenação Geral de TI do MTur foi concebida para assegurar ao órgão o suporte de informação sistematizado, adequado, dinâmico, confiável e eficaz, além de facilitar aos usuários o acesso às informações disponíveis. Seus esforços estão atualmente concentrados em alinhar-se ao negócio do MTur, no papel de **parceiro estratégico**, agregando-lhe valor.

7.3 Organograma da Unidade de TI

A unidade de TI do MTur, de acordo com O Decreto nº 9.664, de 2 de janeiro de 2019, constitui-se numa Coordenação-Geral, conforme figura abaixo:

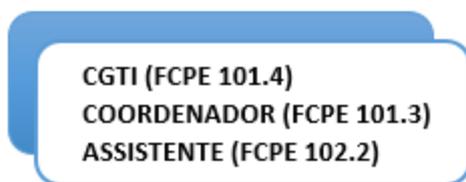


Figura 2 - Estrutura Organizacional atual da Unidade de TI do MTur

Temos, em decorrência do projeto de Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI, realizado na CGTI, a proposta organizacional abaixo:

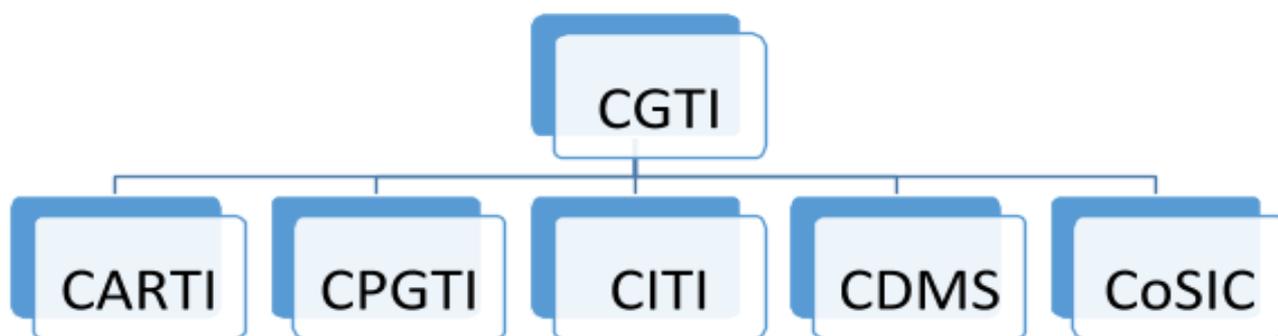


Figura 3 - Proposta de estrutura da CGTI do MTur

De acordo com esta proposta, as cinco coordenações estariam assim descritas:

Coordenação de Administração de Recursos de TI (CARTI): responsável por apoiar a elaboração da proposta orçamentária e o gerenciamento financeiro dos serviços de TI; apoiar a elaboração e gestão do plano de capacitação da área de TI, bem como o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais; gerenciar os processos de contratação de soluções de TI; gerenciar fornecedores e assegurar conformidade com marcos regulatórios.

Coordenação de Planejamento e Gestão de TI (CPGTI): responsável por gerenciar o portfólio de projetos de TI; gerenciar o relacionamento com as demais áreas do Ministério do Turismo, bem como com outras instituições; conduzir a elaboração e gerir a execução do Planejamento Estratégico de TI, do Plano Diretor de TI e demais planos decorrentes das atividades de planejamento e gestão; identificar necessidades e gerenciar as demandas de TI oriundas das diversas áreas do Ministério; gerenciar catálogo e níveis de serviços, instituindo e monitorando indicadores para subsidiar a avaliação das políticas, planos, processos e desempenho de TI; apoiar as demais áreas do órgão no planejamento, desenho, implementação, monitoramento e otimização dos processos organizacionais; gerenciar conhecimento e promover a adoção de melhores práticas de governança e gestão de TI.

Coordenação de Infraestrutura de TI (CITI): gerenciar as operações dos serviços de rede e

comunicações; prestar o suporte técnico aos usuários quanto à utilização e manutenção dos recursos de TI; gerenciar o ambiente físico da infraestrutura de TI do Ministério do Turismo; gerenciar a Central de Serviços, configurações e ativos de serviço, incidentes, problemas, mudanças, liberações e eventos relacionados à Tecnologia da Informação; monitorar e gerenciar a capacidade e desempenho de TI; acompanhar, controlar e verificar a movimentação e a localização dos ativos de TI.

Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CDMS): desenvolver, implantar, analisar, modelar sistemas de informação, sites, portais e demais aplicações no âmbito do Ministério, provendo a sua adequada manutenção; definir e acompanhar o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas; gerar e assegurar a guarda da documentação dos sistemas de informação do MTur; gerenciar dados de forma segura, considerando os requisitos das áreas usuárias do órgão e requisitos legais.

Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações (CoSIC): auxiliar na elaboração, implantação, execução e monitoramento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério; coordenar e supervisionar a implementação dos projetos e ações voltadas à Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da CGTI; buscar garantir a continuidade dos serviços de TI, zelando pela disponibilidade, integridade, confidencialidade e a autenticidade das informações, gerenciando riscos e controlando acessos aos ativos de informação.

Cabe ressaltar que, embora consista na estrutura organizacional ideal para a unidade de TI, conforme estudado no projeto de Mapeamento de Competências e Proposição de Cargos de ATI, a estrutura proposta não é reconhecida formalmente pelo Regimento Interno do Ministério do Turismo.

7.4 Catálogo de Serviços de TI

O Catálogo de Serviços de TI provê uma fonte central de informações contendo todos os serviços oferecidos e disponibilizados pela CGTI a todos os usuários do MTur, contemplando o repertório de ferramentas, soluções e sistemas de informação do órgão.

Atualmente, o Catálogo de Serviços da TI está dividido em seis grupos, conforme imagem abaixo:



O Catálogo de Serviços de TI encontra-se atualmente publicado e disponível na intranet a partir do endereço: <http://intranet.mtur.gov.br/index.php/42-ministerio/secretaria-executiva/cgti/catalogo-de-servicos/1209-catalogo-de-servicos>.

7.5 Inventário de Hardware

A composição de hardware do Ministério do Turismo é abrangente e está localizada em dois sítios: Esplanada dos Ministérios e Setor Bancário Norte - SBN. No levantamento do inventário, os equipamentos foram separados por categorias: microcomputadores (desktops), notebooks, impressoras, scanners, ativos de rede, equipamentos de infraestrutura de TI (servidores, backup, estabilizadores, entre outros) e aparelhos telefônicos.

Para a consolidação do inventário foram utilizados os controles do setor de patrimônio e da própria CGTI. Dessa forma obteve-se uma visão mais ampla e completa de todo o parque computacional do órgão. A tabela contendo os tipos de hardware e respectivas quantidades se encontra no Anexo I deste PDTIC.

7.6 Portfólio de Aplicações

O Levantamento do Portfólio de Aplicações contém as informações acerca das aplicações desenvolvidas e mantidas pelo Ministério do Turismo. O levantamento encontra-se no Anexo II deste documento e possui informações acerca dos sistemas, sítios e aplicativos móveis, incluindo também os sistemas ou sítios inativos.

7.7 Recursos Humanos de TI

Atualmente a CGTI do Ministério do Turismo conta com o seguinte quadro de recursos humanos:

Quantitativo de Cargos	
Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE)	03
Quantitativo de Cargos	
Servidores efetivos de Nível Superior	02
Servidores efetivos de Nível Médio	04
Analistas de Tecnologia da Informação do Ministério da Economia	03
Total	12

Tabela 1 - Recursos humanos da área de TI do Ministério do Turismo – posição em fevereiro/2019*

7.8 Arquitetura Tecnológica da TI

O Ministério do Turismo emprega arquitetura tecnológica baseada em Java, gerenciada e com níveis de segurança em constante evolução. A estrutura existente não impõe limites à utilização básica da rede e à expansão do número de pontos de conexão, sendo esse um fator decisivo à garantia da disponibilidade dos serviços.

A arquitetura de tecnologia da informação do Ministério do Turismo está distribuída em diferentes localidades, sob o controle ou supervisão da CGTI/MTur. Esse modelo de arquitetura tecnológica estrutura-se de forma a suportar o exercício do conjunto de atividades estratégicas, táticas e operacionais do Ministério

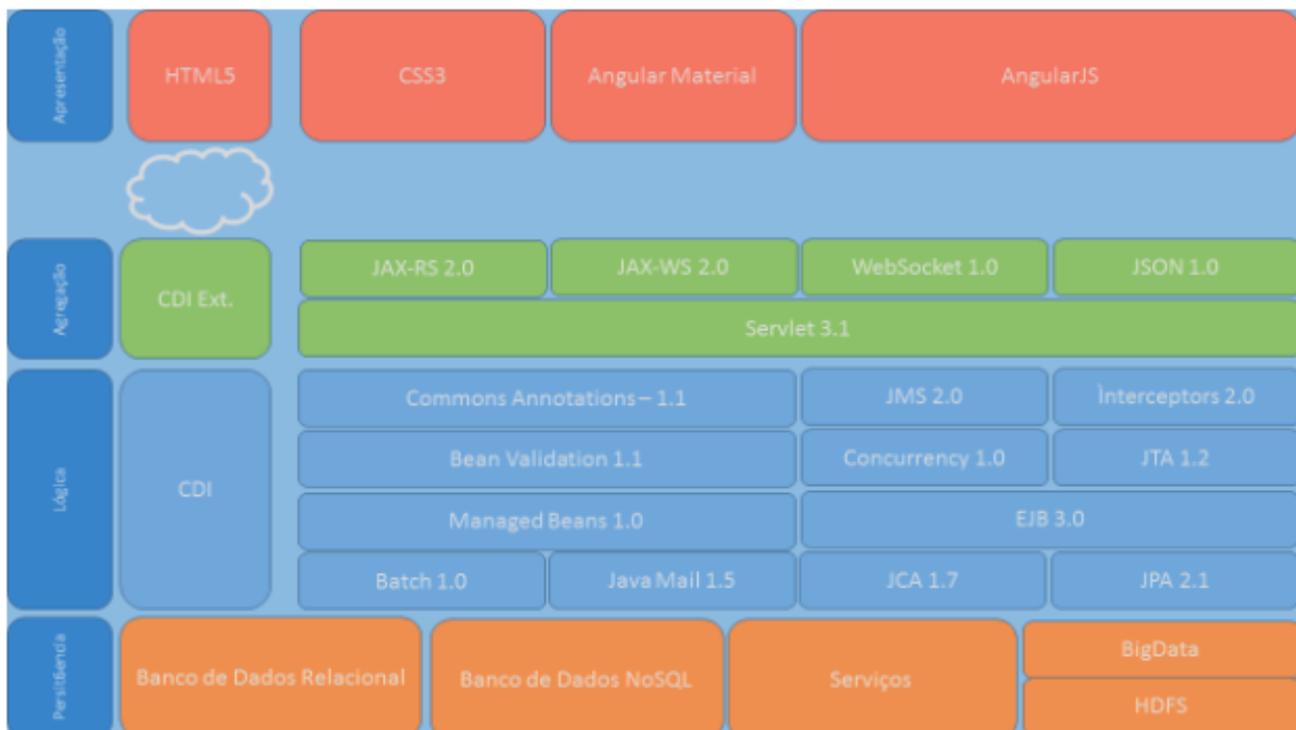


Figura 5 - Realização da Arquitetura Java

7.9 Políticas de TI

As políticas de tecnologia da informação são um conjunto de normas e procedimentos que regem os trabalhos da CGTI. Neste item serão abordadas exclusivamente duas políticas: aquisição e substituição de equipamentos e descarte de equipamentos.

7.9.1 Política de Aquisição e Substituição de Equipamentos

A aquisição ou substituição de equipamentos ocorre após a identificação da necessidade, mediante planejamento prévio. Os motivos para a aquisição de novos ativos de TI são diversos, devendo a demanda estar relacionado no PDTIC.

Com o passar do tempo e o contínuo avanço tecnológico é comum que haja a necessidade de modernização do parque tecnológico. Esse evento ocorre, via de regra, quando os equipamentos encerram o seu ciclo de vida, ou seja, ao término de seus prazos de garantia e/ou quando se tornam inservíveis para a Administração. Adicionalmente, a substituição pode ocorrer quando, por motivos alheios à vontade da CGTI, demandas não planejadas devem ser suportadas pela área de tecnologia, situação em que pode haver o comprometimento da infraestrutura já existente.

Para os ativos de TIC adquiridos pelo MTur o tempo da garantia varia entre 36 e 60 meses. Logo, ao término do ciclo de vida do equipamento, e sendo observada a sua defasagem tecnológica, é gerada

a necessidade de modernização do parque.

Alguns equipamentos, como os microcomputadores, quando não mais suportados pelos fabricantes, podem ser alocados em áreas menos críticas, que executem atividades de menor complexidade, com reduzido consumo dos recursos computacionais. Com esse procedimento há uma economia no volume a ser adquirido, não sendo necessária a troca integral do parque computacional. O tratamento é semelhante para os ativos de rede, os quais, findo o seu ciclo de vida, são realocados em áreas menos propensas para o risco do negócio.

A aquisição de todos os bens deverá estar em acordo com a Lei nº 8.666/93 e a Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI. Desse modo, geralmente, para a aquisição de bens, é realizada licitação na modalidade pregão e, quando de interesse, adesão ou participação no Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Federal.

Os bens adquiridos devem seguir, também, as orientações descritas na Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, que trata da sustentabilidade ecológica e a portaria nº 20, de 14 junho de 2016, do Ministério do Planejamento.

7.9.2 Política de Descarte de Equipamentos

No Ministério do Turismo o desfazimento de bens de informática acontece apenas quando estes se tornam ociosos e/ou obsoletos. Portanto, para que haja algum descarte de equipamentos de informática, faz-se necessário que tenha terminado seu ciclo de vida, ciclo esse marcado pelo fim da garantia por parte do fabricante e/ou não atendimento das necessidades tecnológicas do MTur.

Em caso de doação de bens, o Ministério do Turismo publicou a portaria nº 52, de 30 de agosto de 2018, instituindo a Comissão Permanente para proceder a avaliação, reavaliação e o desfazimento de bens patrimoniais pertencentes ao MTur, julgando a conveniência relativa à destinação dos mesmos, onde se observa o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

7.10 Estratégia de Terceirização

A CGTI adota a estratégia de terceirização para a prestação dos serviços de TI de acordo com as diretrizes do Decreto-Lei 200/1967, Decreto 2.271/1997 e Decreto 9.507/2018, que definiram as atividades de informática e telecomunicações, entre outras, como objetos de execução preferencialmente indireta, mediante contratação de serviços.

Outros motivos também justificam a adoção desta estratégia na CGTI, tais como: obter capacidades, habilidades e atitudes que não se têm ou que seriam de difícil retenção dentro da atual estrutura do órgão; ganhar flexibilidade e escalabilidade; melhorar o atendimento ao cliente e, prioritariamente, possibilitar que a Administração se concentre nas atividades de gestão (planejamento, coordenação, supervisão e controle).

Na tabela abaixo estão listados os serviços que são terceirizados pela TI e, portanto, compõem a estratégia de terceirização do MTur:

Contratada	Contrato nº	Objeto	Área de atuação	Vigência
CTIS Tecnologia S.A.	20/2016	Prestação de serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, dimensionados segunda a métrica de APF, com base no Roteiro de Métricas de Software do SISP	Sustentação de Produtos - Sistemas	31/10/2019
NETSAFE CORP LTDA	005/2015	Prestação de serviços de atualização de licenças incluindo assistência técnica para a solução integrada de segurança McAfee	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	11/03/2019
NIVA Tecnologia da Informação LTDA-ME	022/2014	Aquisição de solução de armazenamento de dados com garantia, suporte e manutenção da solução, incluindo serviço de instalação e configuração	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	27/07/2019
TELLUS S/A Informática e Telecomunicações	035/2014	Central de Atendimento 0800 do MTur – Atendimento Remoto e Presencial	Relacionamen to com o Cliente e Sustentação de Produtos - Atendimento	10/12/2018
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados	022/2018	Fornecimento de informações do Cadastro de Pessoas Físicas e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, por meio de acesso ao serviço via web - INFOCONV	Sustentação de Produtos - Sistemas	12/09/2023
SERPRO -Serviço Federal de Processamento de Dados	027/2014	Prestação de serviços de TI por meio da rede óptica que interliga os órgãos da Administração Federal - INFOVIA BRASÍLIA (Conexão básica e serviços adicionais)	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	21/08/2019

UNIFY Soluções em TI LTDA	016/2014	Prestação de serviços de ampliação, atualização, virtualização e suporte técnico da solução de Telefonia VoIP do MTur	Sustentação de Produtos – Infraestrutura	18/12/2019
Inteligência de Negócios, Sistemas E Informática LTDA	40/2017	Contratação de empresa especializada para aquisição de Plataforma Analítica Corporativo, 100% <i>in memory</i> e serviços técnicos especializados	Sustentação de Produtos - Sistemas	25/12/2019
MBA Tecnologia	38/2017	Contratação de serviços de desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos do tipo smartphones, tablets, smartwatches, smartTVs e sensores inteligentes IoT	Sustentação de Produtos - Sistemas	12/12/2019
Central IT	13/2018	Serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados a atendimento ao usuário, operação, monitoramento, suporte, sustentação e projetos de infraestrutura de TI	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	31/05/2019
ORION	17/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças, do ambiente de Sala-Cofre	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	11/07/2019

PANACOPY	22/2017	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de outsourcing de impressão	Sustentação de Produtos - Infraestrutura	03/08/2019
	Brasoftware LTDA	01/2018	Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais, na modalidade Microsoft - Enterprise Agreement Subscription (EAS)	22/01/2019
	NCT Informática	18/2018	Aquisição de solução de firewall do tipo Appliance, incluindo instalação, suporte técnico, repasse de conhecimento, garantia, software de gerência e relatórios.	Sustentação de Produtos - Infraestrutura 17/07/2019

Quadro 6 - Contratos de TI vigentes

Adicionalmente, o contrato abaixo encontra-se encerrado, mas com a garantia técnica vigente:

Contratada	Contrato nº	Objeto	Garantia Técnica
América Tecnologia de Informática E Eletroeletrônicos LTDA	12/2017	Solução de rede local sem fio, compreendendo o fornecimento de pontos de acesso (access points), controladores WLAN, software de gerenciamento e garantia on-site de 60 (sessenta) meses.	21/11/2022

Quadro 7 – Contratos de TI encerrado e na garantia técnica

8 SITUAÇÃO ATUAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define, no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, quatro princípios básicos de governança aplicáveis ao contexto nacional: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Segundo a *International Federation of Accountants* (IFAC), várias organizações como o *Australian National Audit Office* (ANAO) e o *The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy* (CIPFA) entendem que:

- a) *“A boa governança no setor público permite:*
- b) *garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos;*
- c) *garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos;*
- d) *ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito;*
- e) *ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos;*
- f) *possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão;*
- g) *dialogar com e prestar contas à sociedade;*
- h) *garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;*
- i) *promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores;*
- j) *definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade;*
- k) *institucionalizar estruturas adequadas de governança;*
- l) *selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais);*
- m) *avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles;*
- n) *garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;*
- o) *utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis;*
- p) *controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e*
- q) *prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis)”.*

Ainda, de acordo com a IFAC, “governança compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados”.

Baseado nos normativos e nas boas práticas de Governança e Gestão, o Tribunal de Contas da União, descreve no livro “Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria” que:

“A governança no setor público pode ser analisada sob quatro perspectivas de observação:

- a) *sociedade e Estado;*
- b) *entes federativos, esferas de poder e políticas públicas;*
- c) *órgãos e entidades; e*
- d) *atividades intraorganizacionais.*

Enquanto a primeira define as regras e os princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e

privados regidos pela Constituição e cria as condições estruturais de administração e controle do Estado; a segunda se preocupa com as políticas públicas e com as relações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada; a terceira garante que cada órgão ou entidade cumpra seu papel; e a quarta reduz os riscos, otimiza os resultados e agrega valor aos órgãos ou entidades”.



Figura 6 - Perspectivas de observação da governança no setor público

Parte integrante da Governança Organizacional, a Governança em Tecnologia da Informação (TI) tem ganhado importância estratégica nas decisões organizacionais. Aplicada ao setor público, vem desempenhando papel relevante e sendo implementada em diversos órgãos.

Segundo Weill & Ross (2005) a Governança em TI “*consiste em um ferramental para a especificação dos direitos de decisão e das responsabilidades, visando encorajar comportamentos desejáveis no uso da TI*”.

Pode ser ainda definida como um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados, assumidos por executivos, gestores, técnicos e usuários de TI de uma organização, com a finalidade de garantir controles efetivos, ampliar os processos de segurança, minimizar os riscos, ampliar o desempenho, otimizar a aplicação de recursos, reduzir os custos, suportar as melhores decisões e, conseqüentemente, alinhar TI aos negócios.

A Controladoria-Geral da União publicou a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre os controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. A Instrução estabeleceu em seu artigo 1º que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança.

Seguindo as diretrizes desta IN, o MTur instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles, através da Portaria nº 183, de 29 de julho 2016, o qual tem como objetivo adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Ministério do Turismo.

Um dos grandes desafios da CGTI é transformar os processos existentes no Ministério em “*engrenagens*” que funcionem de forma sincronizada a ponto de ***demonstrar que a TI não é apenas uma área de suporte ao negócio e sim parte fundamental da estratégia do órgão.***

Para isso, além da composição e atuação do Comitê Estratégico de TI do MTur, em funcionamento desde 2010, que concentra as principais decisões e aprovações relacionadas à tecnologia da informação, outras ações internas estão sendo realizadas buscando a excelência em governança no órgão.

O Ministério do Turismo tem baseado seus processos e ações de TI em consonância com as melhores

práticas existentes, sendo estas:



Figura 7 - Melhores práticas de TI adotadas pelo MTur

MELHORES PRÁTICAS	ÁREA DE TI	CONCEITOS
COBIT	Gestão de TI	<i>Control Objectives for Information and related Technology – framework</i> com 34 processos divididos em 4 domínios: planejar e organizar, adquirir e implementar, entregar e suportar, monitorar e avaliar. Otimiza os investimentos em TI e delimita métricas para avaliação dos resultados.
IN04	Contratações de TI	A Instrução Normativa 04, atualizada pelo Ministério do Planejamento em 2014, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de TI pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP do Poder Executivo Federal. Possui todo processo de planejamento da contratação detalhado, além de <i>templates</i> .
ÁGIL	Desenvolvimento de Software	Modelo que busca minimizar os riscos inerentes a projetos de desenvolvimento de software a partir de entregas funcionais realizadas em curtos períodos de tempo. Enfatiza a comunicação em tempo real, com reduzido número de documentos entregues.
PMBok	Gerenciamento de Projetos	<i>Project Management Body of Knowledge</i> : guia que apresenta as melhores práticas para o gerenciamento de projetos.

CBoK	Gerenciamento de Processos	<i>Common Body of Knowledge</i> – guia de melhores práticas organizado pela <i>Association of Business Process Management Professionals</i> . Contém uma visão sobre todas as fases para a realização de um projeto de BPM ideal. Apresenta cada fase do projeto e destrincha com detalhes cada uma delas. Apresenta quais são os perfis profissionais necessários para envolvimento em cada fase e geralmente o que acontece em cada período dentro do processo.
ISO 27000	Segurança da Informação	É uma norma para sistemas de gestão da <u>segurança da informação</u> . Visa estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI).
ITIL	Infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI	<i>Information Technology Infrastructure Library</i> - busca promover a gestão com foco no cliente e na qualidade dos serviços de TI. A metodologia é composta por cinco publicações principais: Estratégia de Serviço, Desenho de Serviço, Transição de Serviço, Operação de Serviço e Melhoria Contínua de Serviço. Possui um total de 26 processos.

Quadro 8 - Descrição sucinta das melhores práticas adotadas na CGTI

8.1 Escritório de Planejamento e Gestão

Criado em 2012, o Escritório de Planejamento e Gestão de TI (EPG-TI) tem realizado diversas ações na busca do fortalecimento da Governança de TI.

Dentre essas ações, cabe destacar aquelas relacionadas a:

- Gestão de Pessoas da CGTI (Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI);
- Desenvolvimento Organizacional (Oficialização do Plano de Metas e Ações Estratégicas de TI);
- Ações realizadas sobre Segurança da Informação e Comunicações;
- Repositório de leis, regulamentos e contratos (Projeto Conformidade Legal);
- Processo de avaliação de conformidade com os padrões de software preconizados pelo SISP;
- Acompanhamento e avaliação da execução do PDTI;
- Participação nas avaliações do Levantamento de Governança do TCU;
- Avaliação do nível de maturidade de Governança de TI na CGTI;

8.2 Escritório de Gerenciamento de Projetos

Com a finalidade de dar apoio institucional e metodológico ao desenvolvimento de seus projetos, a CGTI possui em sua estrutura o Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI (EGP-TI). Ele consiste

em um escritório de suporte, responsável por fornecer as metodologias e modelos para o gerenciamento de projetos de TI, além de oferecer orientação sobre como gerenciar projetos, utilizar as ferramentas, práticas e software de gerenciamento de projetos.

A atuação do Escritório é orientada pela utilização do PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), publicado pelo PMI (*Project Management Institute*), o qual representa um conjunto de práticas em gerenciamento de projetos e constitui a base de conhecimento mundialmente aceita em gerenciamento de projetos de qualquer natureza.

Em 2013, o EGP-TI iniciou o monitoramento do Portfólio de Projetos, Programas e outros trabalhos desenvolvidos na CGTI como busca do aprimoramento da gestão de TI. Por meio do monitoramento do Portfólio de TI é possível gerenciar as interdependências entre os trabalhos desenvolvidos na Coordenação, proporcionar comunicação centralizada sobre os projetos, auxiliar na distribuição dos recursos e na integração das informações de todos os projetos, monitorando o andamento dos projetos e a execução geral do portfólio de TI.

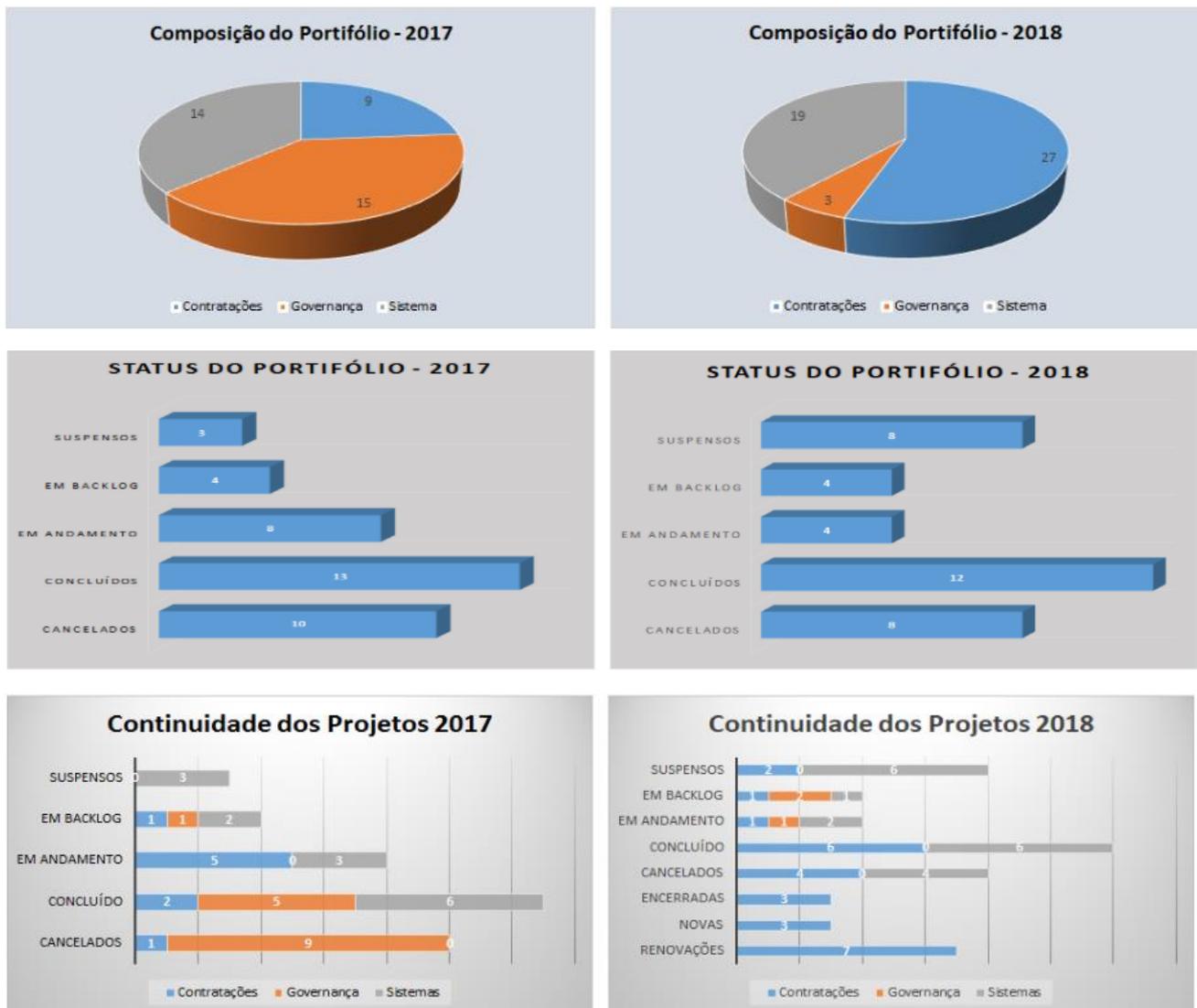


Figura 8 - Gráficos Governança

Os gráficos acima foram extraídos do portfólio de projetos de TI referente aos exercícios de 2017 e 2018, relacionados à vigência do PDTI à época.

Ressalta-se que o PDTIC 2015-2016 teve sua vigência prorrogada, já que a aprovação do PDTIC 2017-

2018 ocorreu apenas em agosto de 2017. Portanto, o gráfico acima contém informações dos dois PDTI's citados.

Foram abertos formalmente dentro do Escritório de Gerenciamento de Projetos da CGTI diversos projetos com a utilização da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da CGTI. Semanalmente, a Coordenação realiza reunião de monitoramento do seu portfólio de projetos e contratações, gerando informações como o Relatório de Desempenho do Portfólio de TI, úteis à gestão e coordenação das ações da área.

8.3 Núcleo de Segurança da Informação e Comunicações

A implantação de um sistema de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações (GSIC) é uma iniciativa da CGTI, com a finalidade garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações dos ativos que agregam valor, sejam eles estratégicos, táticos ou operacionais, internos ou externos.

Em 2012 foi instituído o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) do MTur, através da Portaria nº 344, de 26 de outubro de 2012, que concretizou-se como um marco fundamental na busca da organização dos processos de Segurança da Informação que irão suportar o órgão no conhecimento, definição, implementação, monitoração e manutenção dos níveis adequados de SIC. O CSIC é a instância estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de SIC no âmbito do MTur, observadas as diretrizes de Política de Segurança da Informação e Comunicações estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Com a instituição do CSIC foi possível aprovar, deliberar e formalizar as seguintes ações de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do MTur:

- Publicação do Regimento Interno do CSIC - Resolução Nº 02, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 13 de novembro de 2012;
- Indicação do Gestor de Segurança da Informação e Comunicações – Resolução Nº 02, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 13 de novembro de 2012;
- Publicação da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC - Portaria Nº 108, publicada no D.O.U em 22 de maio de 2013;
- Criação do Grupo de Trabalho de Segurança da Informação e Comunicações — GT-SIC do MTur – Resolução Nº 03, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 29 de abril de 2013;
- Publicação do Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações – PDSIC – Resolução SE Nº 04, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 27 de novembro de 2013;
- Criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR – Resolução SE Nº 01, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 15 de abril de 2014;
- Publicação da Portaria nº 192, de 8 de agosto de 2016, que dá nova redação ao art. 2º da Portaria nº 344, de 26 de outubro de 2012, que institui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC, no âmbito do Ministério do Turismo.

As ações de SIC foram realizadas e monitoradas através de iniciativas internas da CGTI, e em paralelo várias providências foram tomadas para atualização da estrutura de SIC e seus normativos para que o Ministério possa dar continuidade ao trabalho iniciado nos anos anteriores. Entres elas estão:

- Atualização do Regimento Interno do CSIC - Resolução Nº 02, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 13 de novembro de 2012;
- Atualização e indicação dos membros do Grupo de Trabalho de Segurança da Informação e Comunicações — GT-SIC do MTur – Resolução Nº 03, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço em 29 de abril de 2013;
- Atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC - Portaria Nº 108, publicada no D.O.U em 22 de maio de 2013;
- Elaboração da Política de Classificação da Informação (PCI). A PCI define as diretrizes para o tratamento de informação classificada no âmbito do MTur. A minuta do PCI será analisada e aprovada pelo CSIC para posterior publicação no Boletim de Pessoal e Serviço do MTur;
- Elaboração do documento de Credenciamento de Segurança. Este documento regula procedimentos relacionados ao Credenciamento de Segurança e tratamento de informação classificada no âmbito do MTur. A minuta do documento de Credenciamento de Segurança será analisada pelo CSIC e aprovada pelo Ministro de Estado do Turismo para posterior publicação da Portaria no D.O.U;
- Mapeamento dos processos de tratamento e resposta a incidentes, objetivando a correta implantação e operacionalização da ETIR, conforme previsto em normativos internos do MTUR e baseando-se nas recomendações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e melhores práticas de Segurança da Informação.

Esses normativos encontram-se na fase de análise pelos membros do CSIC e serão deliberados em reunião do Comitê. É necessário ainda:

- Atualização do Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações – PDSIC, que fornece as diretrizes de SIC aplicáveis às informações custodiadas ou de propriedade do MTur disponibilizadas no ambiente de TI, visando estabelecer as ações e medidas que o MTur deve realizar para implementar processos recorrentes da GSIC.
- Indicação dos membros e operacionalização dos processos mapeados da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR, que tem por missão coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, tais como receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança da informação e comunicações em sistemas computacionais, interrupção do funcionamento de aplicações e serviços disponíveis na rede, atuando também de forma proativa com o objetivo de minimizar vulnerabilidades e ameaças que possam comprometer as atividades da Instituição.

Seguindo as diretrizes estabelecidas no PDSIC 2013-2015, nas quais foram definidas metas e ações prioritárias relacionadas à SIC - imprescindíveis para implementar processos recorrentes da GSIC -, estão sendo elaboradas Normas de Apoio à Política de Segurança da Informação e Comunicações para posterior análise e deliberação pelo CSIC.

A execução das atividades de Gestão de SIC do MTur são realizadas por servidores efetivos do órgão, responsáveis também por auxiliar no planejamento e coordenação das atividades de GSIC da Pasta.

8.4 Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Contratações de TI (NCTI) surgiu no início de 2015 a partir das necessidades e dificuldades verificadas no âmbito da CGTI no que se refere às contratações de soluções de tecnologia. O planejamento das contratações era realizado de forma individualizada e os seguintes problemas estavam presentes:

- Processos não padronizados;
- Falta de trabalho em equipe;
- Falta de comunicação entre os atores envolvidos na contratação;
- Falta de coordenação na execução das ações;
- Aprendizado individualizado e pontual;
- Centralização do conhecimento; e
- Dificuldade para realizar cotações junto ao mercado.

A criação do Núcleo foi pensada de modo a alavancar as seguintes iniciativas relacionadas às contratações de TI:

- Padronizar as contratações de TI;
- Promover o aprendizado coletivo e a gestão do conhecimento;
- Aumentar a coordenação dos processos de planejamento da contratação e gestão dos contratos;
- Promover o trabalho em equipe e aumentar a integração das partes, e,
- Conhecer os fornecedores e possíveis parceiros de negócio.

Para o alcance dessas iniciativas, o NCTI adotou vários procedimentos entre os quais: reuniões semanais, propiciando assim uma maior comunicação entre os membros da equipe, compartilhamento de experiências e ponto de controle das contratações; gerenciamento de fornecedores, com maior interação com o mercado, promovendo prospecção de novas soluções e cadastro de fornecedores de soluções de TI; utilização de mecanismos informatizados, buscando um maior controle e coordenação das atividades desenvolvidas; incentivo à capacitação, por meio de divulgação de cursos; criação de acervo com publicações, guias e outros materiais relevantes sobre o tema.

Com a implementação desses e outros procedimentos, promovidos pelo Núcleo de Contratações, vários resultados foram alcançados tais como:

- Padronização dos processos de planejamento da contratação;
- Aumento significativo da qualidade dos processos elaborados;
- Maior conhecimento do mercado de TI;
- Desenvolvimento de espírito de equipe;
- Disseminação da cultura de aprendizado;
- Aumento substancial da maturidade da equipe em contratações, e
- Desenvolvimento de sistema capaz de perpetuar o conhecimento do processo de contratação de TI.

Desta maneira, o Núcleo de Contratações de TI promoveu grandes melhorias na aquisição de soluções e na fiscalização dos contratos de TI, propiciando uma gestão mais eficiente e responsável. Todavia, a continuidade e aprimoramento do Núcleo é essencial para os novos desafios e atividades da CGTI.

9 RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

O PDTI anterior compreendeu o período de 2017 a 2018, e foi composto por 37 necessidades, que resultaram em 42 metas e 69 ações.

9.1 Metodologia de apuração

Durante a execução do PDTI 2017-2018, o Escritório de Projetos da CGTI acompanhou as diversas ações e metas realizadas para o atendimento das necessidades. Em reuniões semanais, os membros do escritório, em conjunto com os gerentes responsáveis, avaliaram o progresso dos projetos relacionados ao PDTI.

Os resultados são apresentados no item seguinte, baseados em 3 variáveis macro: Ações, Metas e Necessidades. O detalhamento encontra-se no Anexo III - Tabela de Ações do PDTI 2017-2018.

9.2 Resultados PDTIC 2017-2018

9.2.1 Ações

As 69 ações previstas para o período de 2017 a 2018 foram analisadas com base nas entregas de produtos e serviços realizados pela CGTI. Para fins de resultado, as ações foram classificadas da seguinte forma:

- **Concluído:** ações finalizadas pela CGTI.
- **Parcialmente:** ações que ainda estão sendo desenvolvidas pela CGTI, mas por não terem sido finalizadas completamente, não são consideradas concluídas.
- **Não concluído:** ações não entregues ou não iniciadas pela CGTI. Os principais motivos para a não execução foram a não priorização das ações ao longo do período e o baixo envolvimento dos demandantes para o início das tarefas.
- **Cancelado:** ações não mais necessárias e que foram canceladas.

STATUS	QTD.	% DE AÇÕES
Concluído	32	46,37
Não Concluído	25	36,23
Cancelado	3	4,34
Parcialmente	9	13,04
TOTAL	69	100

Tabela 2 - Resultado das ações do PDTIC anterior

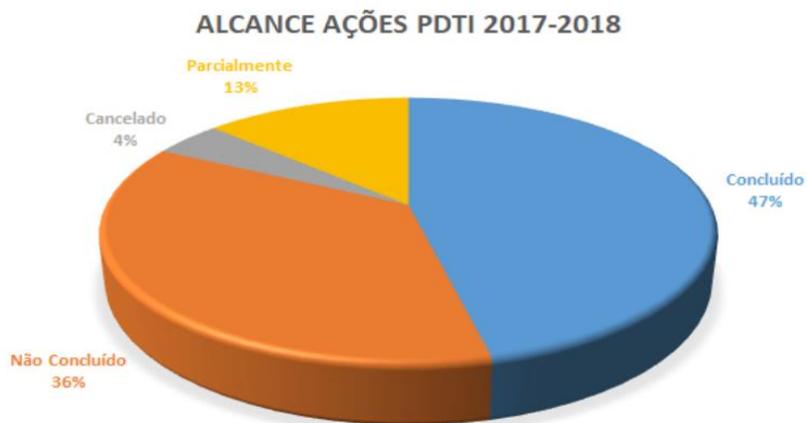


Figura 9 - Análise de Execução das Ações do PDTI 2017-2018

Da tabela e gráfico acima, constata-se que 46% das ações previstas no PDTI foram totalmente finalizadas e que 15% ainda estão em execução, totalizando 61% de entregáveis. Esta porcentagem reflete algumas interferências externas à CGTI, inerentes ao serviço público.

Apesar das dificuldades, ações indispensáveis à sustentação de tecnologia da informação e continuidade do negócio do órgão foram executadas, agregando valor aos serviços prestados pelo Ministério do Turismo ao cidadão.

9.2.2 Metas

No que se refere ao cálculo do cumprimento de metas foram considerados três aspectos:

- **Alcançadas:** indicador de execução de ações em 100%;
- **Não alcançada:** indicador de execução de ações em 0%;
- **Parcialmente:** indicador de execução que varia entre 0% e 100%.

STATUS	Quantidade	% DE AÇÕES
Alcançadas	15	38,46
Não alcançadas	18	46,15
Parcialmente	6	15,38
TOTAL	42	100

Tabela 3 - Resultado das metas do PDTIC anterior

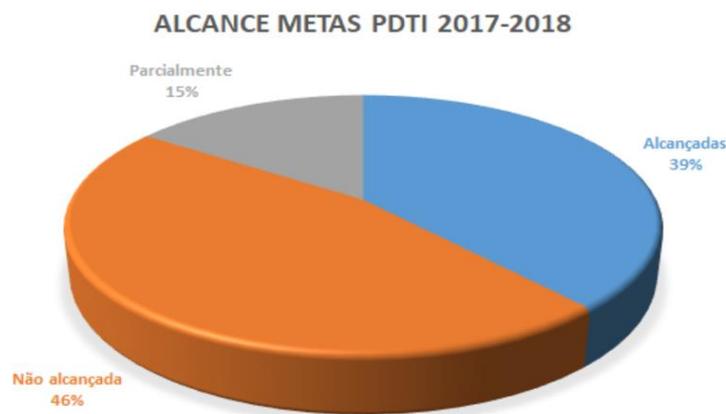


Figura 10 - Alcance Metas do PDTI 2017-2018

Da tabela e gráfico acima, constata-se que 46% das ações previstas no PDTI foram totalmente finalizadas e que 15% ainda estão em execução, totalizando 61% de entregáveis. Esta porcentagem reflete algumas interferências externas à CGTI, inerentes ao serviço público.

Apesar das dificuldades, ações indispensáveis à sustentação de tecnologia da informação e continuidade do negócio do órgão foram executadas, agregando valor aos serviços prestados pelo Ministério do Turismo ao cidadão.

Neste ponto cabe observar que, para o alcance de determinadas metas, faz-se necessária a execução de mais de uma ação. Assim, caso uma ação tenha sido executada, mas uma outra ação que componha a mesma meta não o tenha sido, o cumprimento da meta como um todo resta prejudicado. Desse modo, apenas 39% das metas foram alcançadas em sua totalidade.

As metas consideradas parcialmente atendidas ainda estão em andamento e devem resultar em várias entregas. As metas não alcançadas, por sua vez, serão avaliadas e, persistindo a necessidade, inseridas no PDTIC 2019-2020.

9.2.3 Necessidades

A relevância desta análise consiste na perspectiva comparativa entre as necessidades informadas diretamente pelas áreas demandantes durante o levantamento de necessidades de TI, frente às entregas efetivamente realizadas pela CGTI. A tabela e gráfico abaixo representam esses dados.

STATUS	Quantidade	% DE AÇÕES
Atendida	15	40,54
Não atendida	15	40,54
Parcialmente atendida	7	18,91
TOTAL	37	100

Tabela 4 - Resultado das necessidades do PDTIC anterior

ALCANCE DAS NECESSIDADES PDTI 2017-2018

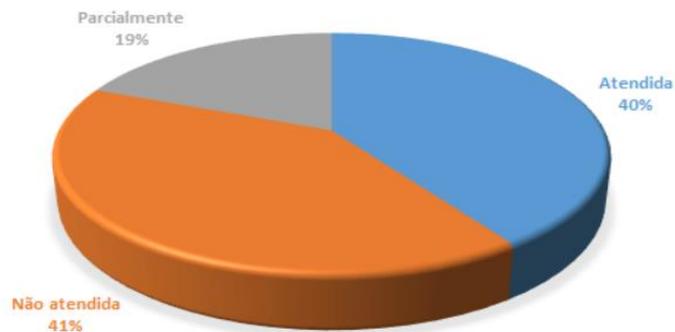


Figura 11 - Análise do atendimento das Necessidades do PDTI 2017-2018

Nesta análise, observa-se um percentual expressivo de necessidades não atendidas. Este fato pode ser justificado, dentre outros, por fatores externos que impactaram diretamente a execução, a exemplo da falta de priorização das necessidades por parte das áreas ou ainda o contingenciamento orçamentário, o que afetou diretamente o atendimento das necessidades.

Contudo, o percentual de 40% de atendimento das necessidades pode ser considerado satisfatório, ainda mais contabilizando 19% das parcialmente atendidas e que ainda estão sendo executadas.

9.3 Problemas encontrados e resultados obtidos

Um importante aspecto a ser analisado consiste no quanto a CGTI agregou de valor ao negócio. Nesse sentido, entende-se como “valor agregado” as entregas efetivamente utilizadas pelas áreas demandantes. Necessidades atendidas, mas não utilizadas pelas áreas, não foram consideradas. Em um momento posterior é válido verificar os motivos da não utilização, buscando sanar possíveis gargalos na TI ou no negócio, além de se evitar trabalhos e gastos desnecessários.

Das necessidades atendidas pelo PDTI anterior, todas as entregas estão sendo utilizadas pelas áreas, agregando alguma facilidade de TI para a área ou para o cidadão, uma vez que diversos serviços são portais de acesso externo.

9.4 Conclusões sobre PDTI anterior

O PDTI 2017-2018 apresentou um quantitativo de ações razoável (69) a serem executadas ao longo dos dois anos de vigência. Conforme mencionado, restrições orçamentárias e a frequente troca nos cargos de alta gestão influenciaram diretamente no desempenho das ações realizadas pela CGTI.

Destaca-se que todas as entregas realizadas estão sendo aproveitada pelas áreas demandantes do Ministério do Turismo, o que é de grande valia, não só para o órgão, mas para o próprio cidadão. É possível concluir que, apesar de todas as dificuldades, a CGTI vem agregando, satisfatoriamente, valor tecnológico ao negócio.

10 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

O referencial estratégico de TI adotado para este PDTIC foi o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do MTur (PETI) 2012-2015 que, embora não mais vigente, ainda se demonstra atual e em consonância com as estratégias da área.

10.1 Missão

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação necessárias ao cumprimento da missão institucional do MTur, por meio da adoção das melhores práticas de Governança e Gestão.

10.2 Visão

Tornar-se modelo de referência em Governança e Gestão de TI no Governo Federal até 2022.

10.3 Valores

- **Eficiência** - Entrega da informação de maneira mais produtiva e econômica no uso dos recursos.
- **Transparência** - Postura transparente e íntegra em todas as ações executadas para os usuários e demais interessados.
- **Integração** - Compartilhamento de experiências, conhecimento e ações que conduzam à formação de equipes orientadas para resultados comuns.
- **Conformidade** - Atuar em conformidade com legislações e regulamentações vigentes.
- **Sustentabilidade** - Conquistar e manter a excelência da gestão ao longo do tempo, de maneira que gere efeitos positivos para o MTur e a sociedade, com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

11 ANÁLISE SWOT

A análise SWOT é uma técnica do planejamento estratégico que busca identificar Forças (*strengths*), Fraquezas (*weaknesses*), Oportunidades (*opportunities*) e Ameaças (*threats*) em uma organização com relação a seus ambientes interno e externo, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como de possíveis linhas de ação, e identificando os pontos sensíveis da organização, ou seja, aqueles que podem afetá-la de alguma forma, positivamente ou negativamente.

No processo de elaboração do PDTIC a análise SWOT foi realizada na CGTI e está representada no quadro abaixo:

PONTOS FORTES

PONTOS FRACOS

- Estruturação do Comitê Estratégico de TI (CETI) e Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC);
- Aumento do grau de maturidade da equipe de TI e dos processos de gestão de TI;
- Cargo de Coordenador-Geral de TI exclusivo de servidor de carreira;
- Aderência dos trabalhos da TI aos normativos legais;
- Institucionalização do processo de contratação de soluções de TI;
- Serviços de TI formalmente definidos;
- Cultura de planejamento bem estabelecida;
- Entrosamento e comprometimento da força de trabalho;
- Contratos de prestação de serviços que suportam novas tecnologias firmados e em execução;
- Formalização do processo de demandas de sistemas.
- Não continuidade do programa de governança de TI, conforme metodologia COBIT;
- Desatualização dos processos de TI mapeados;
- Monitoramento e avaliação dos resultados do PDTIC;
- Baixa maturidade nos processos de gestão de riscos, mudanças, continuidade e contingência;
- Inexistência de gestão de níveis de serviço definidos junto às áreas de negócio;
- Baixa atuação dos Comitês Estratégico de TI (CETI) e de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC);
- Estrutura organizacional da CGTI (áreas informais);
- Ausência parcial de contratos de atualização tecnológica e suporte técnico;
- Baixa utilização e desatualização da Plataforma de Gestão do Turismo (PGTur) no MTur.

OPORTUNIDADES

- Evoluções e novas tecnologias que propiciem a melhoria do serviço público;
- Tendência atual de tornar a Administração Pública menos burocrática, mais transparente e participativa – Estratégia de Governança Digital;
- Apoio da alta gestão;
- Visão Estratégica de TI pelo Governo Federal, com adoção de boas práticas de governança de TI.

AMEAÇAS

- Contingenciamento orçamentário;
- Interferências políticas na execução do planejamento do negócio e de TI;
- Baixo conhecimento das áreas demandantes acerca do gerenciamento de custos e prazos dos projetos e rotinas de TI;
- Dificuldade na identificação e definição dos processos de negócio para o levantamento de requisitos;
- Ausência do Plano Estratégico Institucional do MTur;
- Baixo alinhamento da alta direção com o negócio e com a estratégia do MTur para definir entregas que envolvem soluções de TI voltadas ao setor turístico;
- Mudanças nos cargos de Coordenação e Direção do Ministério, situação que aumenta o risco de descontinuidade de ações já definidas;
- Ações de TI executadas fora do âmbito da CGTI sem o seu conhecimento e consentimento prévio.

Quadro 9 - Matriz SWOT

12 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES DE TI

A CGTI realizou o levantamento de necessidades de TI em todas as unidades organizacionais do MTur, por meio de questionários online (*Google Forms*) e entrevista direta para aquelas necessidades que não estavam totalmente compreendidas. Foram identificadas demandas quanto à disponibilização de hardware, software, manutenção e desenvolvimento de sistemas, entre outras.

12.1 Critérios de Priorização

O processo de priorização das necessidades se faz necessário em virtude de o órgão não possuir os recursos necessários ao atendimento de todas as demandas das áreas. A prática de priorizar e balancear as iniciativas é realizada na Administração Pública a fim de permitir que os trabalhos de maior valor para a organização sejam aprovados e desenvolvidos, gerenciando-se de forma eficiente a concorrência por recursos frente às demandas. Os critérios utilizados neste PDTIC foram os seguintes:

ID	Critério de Priorização
01	Alinhamento estratégico: Avalia se as necessidades estão em consonância com o alinhamento estratégico do órgão.
02	Público alvo: Quem é o beneficiário da necessidade de TI?
03	Impacto: Potencial de crescimento do problema, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema, caso nenhuma ação seja tomada.
04	Compromissos institucionais: Reúne situações que obrigam o MTur ao cumprimento de um prazo específico para conclusão do projeto, tais como obrigações legais, recomendações e determinações dos órgãos de controle externo ou interno, acordos firmados ou programas de governo.
05	Processo mapeado: A necessidade é fruto de processo mapeado e documentado?

Quadro 10 - Critérios de priorização das Necessidades

A pontuação dos critérios se deu conforme os parâmetros apresentados abaixo. Desse modo, os valores foram multiplicados, chegando-se ao resultado posteriormente utilizado na definição da prioridade de cada necessidade.

Critério	Pontuação		
Alinhamento estratégico	(3) Forte	(1) Fraco	
Público alvo	(5) Gera resultado direto para a sociedade	(3) Gera resultado para mais de uma área de negócio	(1) Gera resultado apenas para uma área

Impacto	(5) Alto	(3) Médio	(1) Baixo
Compromisso assumido	(5) Sim	(3) Não	
Processo mapeado	(3) Sim	(1) Não	

Tabela 5 - Pontuação dos critérios de Priorização das Necessidades

Durante a vigência do PDTIC as necessidades que surgirem e não estiverem previstas neste documento serão submetidas ao processo de priorização descrito acima, sendo de responsabilidade do Comitê Estratégico de TI a decisão quanto ao atendimento da demanda.

12.2 Necessidades Identificadas

O quadro apresentado no tópico seguinte (item 12) contém a listagem das necessidades de TI levantadas em todo o órgão. Para cada uma dessas demandas estão relacionados o identificador (ID), a área demandante, o alinhamento estratégico informado pela área demandante, os critérios de priorização utilizados e o resultado da priorização. As necessidades foram divididas entre os seguintes grupos: necessidades de desenvolvimento de novos sistemas; necessidades de manutenção evolutiva; necessidades aquisição de softwares; necessidades de aquisição de hardwares e necessidades de serviço. As necessidades estão ordenadas por ordem de priorização de cada subgrupo, conforme resultado obtido.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES				PRIORIZAÇÃO					
ID	Necessidade	Área demandante	Alinhamento estratégico (PPA/PNT)	Alinhamento estratégico	Público alvo	Impacto	Compromisso assumido	Processo mapeado	Resultado
Necessidades de Desenvolvimento de novos sistemas									
N1	Reformulação e evolução do Sistema Nacional de Registro de Hospedes (SNRHos)	CTCF (SNETur)	Não há alinhamento, contudo, existe uma exigência legal para o desenvolvimento (Lei 11.771/08).	Nova priorização por decisão do Comitê Estratégico de TI					
N2	Desenvolver portal que reúna em um só lugar diversas informações sobre o turismo brasileiro	Comitê Estratégico de TI - CETI	PPA OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo. OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Solicitado e priorizado pelo Comitê Estratégico de TI					
N3	Desenvolver sistema de Fiscalização de Prestadores de Serviços turísticos	CFOC (SNDTur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Alinhamento PNT: Linha de atuação: Formalização e Qualificação no Turismo.	3	5	3	5	3	675

			<p>Alinhamento PNT: Linha de atuação: Formalização e Qualificação no Turismo.</p> <p>Possui previsão na Lei do Turismo nº 11.771/2008 (art.art.37§ 3º) e Decreto nº 7381/2010(art.51).</p> <p>Alinhamento PNT: Linha de atuação: Formalização e Qualificação no Turismo. 4.3.2 Iniciativa: Intensificar a qualificação no turismo.</p>						
N4	Retomar o desenvolvimento do SISPLAMA - Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das iniciativas de qualificação do turismo.	CGQT (SNDTur)	<p>PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo.</p> <p>Alinhamento PNT: Linha de atuação: Formalização e Qualificação no Turismo.</p> <p>4.3.2 Iniciativa: Intensificar a qualificação no turismo.</p>	3	5	5	5	1	375
N5	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema	CGPLA (SNETur)	<p>PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.</p>	3	5	5	5	1	375

PRODETUR+TURISMO (atualmente em curso)			Alinhamento PNT: a) Estimular e apoiar o planejamento do turismo, em âmbitos estadual, regional e municipal.						
			PPA: Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais						
N6	ADS China	AERI (GM)	PNT: Meta 2: Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões	3	5	5	5	1	375
			4.5.1 Iniciativa: Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.						
N7	SIDTUR: retomada do desenvolvimento do novo sistema	CGPRO (SNDTur)	PPA: O SIDTUR está previsto no PPA 2015 -2019, como uma das estratégias para cumprimento do Objetivo 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior. Ele se relaciona em especial com as iniciativas: 05LY - Realização de estudos, pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo. 05LZ - Promoção, marketing e apoio à comercialização de destinos, produtos	3	5	3	5	1	225

			<p>e serviços turísticos brasileiros no exterior para ampliar o fluxo turístico internacional para o Brasil.</p> <p>Alinhamento PNT: O SIDTUR está previsto no Plano Nacional de Turismo 2018 -2022, como uma das estratégias de ação para a o incremento da promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros, dentro da linha de atuação de marketing e apoio à comercialização.</p>						
N8	Desenvolver arquitetura do novo Portal de Turismo do MTur - Portal Brasil	CGPIV (SNDTur)	<p>OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos..</p>	3	5	3	5	1	225
N9	Desenvolver solução tecnológica para operacionalização do Prêmio Nacional do Turismo	DEPROT (SNDTur)	<p>OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos</p> <p>Diretrizes Associadas (PNT): (1) Melhoria da qualidade e da competitividade (2) Incentivo à inovação (3) Promoção da sustentabilidade</p>	3	5	3	5	1	225

N10	Desenvolver sistema capaz de integrar informações das propostas do SICONV com todos os processos relacionados a análise e prestação de contas do convênio MTur.	CGEV (SNDTur)	<p>PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos</p> <p>PNT: Incentivar eventos geradores de fluxos turísticos.</p>	3	5	3	3	1	135
N11	Desenvolver Agenda de Eventos do Ministério do Turismo - evolução da ferramenta e incorporação ao SIDTUR	DEPROT (SNDTur)	<p>OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior. Iniciativa relacionada: 06J4 - Promoção, marketing e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico.</p> <p>Iniciativa associada: Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros</p> <p>Estratégia associada: Desenvolver novas ferramentas para armazenamento e divulgação de informações turísticas e mercadológicas dos destinos brasileiros.</p>	3	5	3	3	1	135

N12	Implantar e adaptar Sistema para Gestão de Processos internos do MTur: Substituição da Plataforma de Gestão do Turismo (PGTur), hoje suportada por tecnologia obsoleta, sem suporte do fabricante da solução	CGTI (SPOA/SE)	Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalhos e processos internos não possui alinhamento com o PPA.	1	3	3	3	3	81
N13	Implantar e adaptar sistema para Cadastro de Informações sobre financiamentos concedidos pelos Bancos contratados pelo FUNGETUR	CGEIF (SNETur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos / Iniciativas 05OF e 05OG. Alinhamento PNT: 4.2 Estruturação do turismo brasileiro.	3	3	3	3	1	81
N14	Implantar e adaptar sistema para controle das emendas parlamentares	ASPAR (GM)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. 05P6, 05LZ, O4EM, 05LZ. Alinhamento PNT: 05P6, 05LZ, O4EM, 05LZ.	3	3	3	3	1	81
N15	Desenvolver nova versão do sistema FISCON (Reescrita e Evolução)	Assessoria (SNDTur)	Não possui alinhamento direto com o PPA mas é um sistema que administra informações importantes sobre convênios.	Definida como prioritária pelo CETI					

N16	Retomar o desenvolvimento do sistema GESPRO 2.0 (Sistema de Infraestrutura Turística - SIT)	DIETU/CGIE (SNETur)	<p>Por estar associado a projetos de projetos de infraestrutura turística, pode ser associado ao Objetivo 1111 do PPA.</p> <p>PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo.</p>	3	1	5	3	1	45
N17	Desenvolver sistema de controle de eventos e interlocução com as secretarias estaduais do turismo	CETIN (SNDTur)	<p>PPA: 04EX - Aumentar de 48,4 para 53 a nota de dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional. Órgão responsável: Ministério do Turismo.</p> <p>Alinhamento PNT: 4.5.1 Iniciativa: Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.</p>	3	5	1	3	1	45

N18	Desenvolver sistema de controle de eventos e seus gastos. O sistema é de uso interno do MTur, disponível a todas as áreas envolvidas com Transferência Voluntárias	CGCV (SPOA/SE)	OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior. Órgão Responsável: Ministério do Turismo Alinhamento PNT: Objetivo 1112.	3	5	1	3	1	45
N19	Desenvolver Sistema para Geração de Relatórios a partir de base de dados da área, em substituição ao CONSIAFI	CGPOF (SPOA/SE)	PPA: Não se aplica diretamente. Alinhamento PNT: Captação de Recursos orçamentários destinados ao Turismo (R\$ bilhões), através de Planejamento de gastos orçamentários e financeiros.	1	5	3	3	1	45
N20	Disponibilizar a produção do portal SEI	Várias áreas	Alinhado aos diversos objetivos do PPA e PNT por envolver diversas áreas do MTUR.	3	5	1	1	3	45
N21	Implantar e adaptar sistema de Controle de Visitantes	CDOC/CGRL (SPOA/SE)	Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalhos e processos internos não possui alinhamento com o PPA.	1	3	3	3	1	27

N22	Retomar o desenvolvimento do módulo CNT do sistema SAC - Sistema de Acompanhamento de Colegiado	CNT (Órgão Colegiado)	A ferramenta foi instituída pela Portaria nº 40, de 11 de junho de 2015, que Institui o Sistema de Acompanhamento de Colegiados - SAC como ferramenta de uso obrigatório para gestão das informações relativas à participação de representantes do Ministério do Turismo em Colegiados Federais, Estaduais e Municipais.	1	3	1	5	1	15
			Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalho interno não possui alinhamento com o PPA.						
N23	Implantar e adaptar sistema de acompanhamento de demandas da Ouvidoria	Ouvidoria (GM)	Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalhos e processos internos não possui alinhamento com o PPA. Porém a demanda possui alinhamento com objetivos e metas da CGU.	1	3	1	3	1	9

N24	Implantar e adaptar sistema para substituição de planilhas utilizadas para controle das diversas informações acerca de cadastros de servidores	COGEP (SPOA/SE)	Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalhos e processos internos não possui alinhamento com o PPA.	1	1	3	3	1	9
N25	Reformulação e evolução do sistema SCDE	AECI (GM)	Por ser ferramenta administrativa de organização de trabalhos e processos internos não possui alinhamento com o PPA.	1	3	1	3	1	9
N26	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema CESI - Combate da Exploração Sexual Infantil	CTCF (SNETur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.	Nova priorização por decisão do Comitê Estratégico de TI					
N27	Desenvolver plataforma on-line para divulgar oportunidades de negócios em todas as regiões turísticas do país	CAAI (SNETur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Alinhamento PNT: Estruturação do Turismo Brasileiro.	Nova priorização por decisão do Comitê Estratégico de TI					
Necessidades de manutenção evolutiva									

N28	Todos os sistemas e sites do parque tecnológico do MTur são passíveis de manutenção, podendo as mesmas serem dos tipos corretiva, evolutiva ou adaptativa, conforme demanda.	Várias áreas	Alinhado aos diversos objetivos do PPA e PNT por envolver diversas áreas do MTUR.	3	5	5	5	3	1125
Necessidades de desenvolvimento de aplicativos mobile									
N29	Desenvolver aplicativo para o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos	CGRT (SNDTur)	Não há alinhamento, contudo, existe uma exigência legal para o desenvolvimento (Lei 11.771/08).	Repriorização pelo Comitê Estratégico de TI					
N30	Manutenção evolutiva do Aplicativo do Turismo Acessível	CTCF (SNETur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo. PNT: 4.3 LINHA DE ATUAÇÃO: Formalização e qualificação no Turismo. 4.3.2 Iniciativa: Intensificar a qualificação no turismo.	3	5	5	5	3	1125
N31	Desenvolver aplicativo para o sistema SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	SE	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo.	3	5	1	3	3	135

N32	Manutenção evolutiva e/ou adaptativa do Aplicativo desenvolvido em parceria com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas)	CTCF (SNETur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo. PNT: 4.3 LINHA DE ATUAÇÃO: Formalização e qualificação no Turismo. 4.3.2 Iniciativa: Intensificar a qualificação no turismo.	3	5	3	3	1	135
N33	Desenvolver aplicativo para as matrizes do SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem.	CGQT (SNDTur)	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo PNT: 4.3 LINHA DE ATUAÇÃO: Formalização e qualificação no Turismo. 4.3.2 Iniciativa: Intensificar a qualificação no turismo.	Nova priorização por decisão do Comitê Estratégico de TI					
Necessidades aquisição de softwares									
N34	Aquisição de Software - Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA).	CGQT	Alinhado a diversos objetivos do PPA e PNT por envolver diversas áreas do MTUR.	3	5	5	5	3	1125
N35	Software de arquitetura e engenharia	AECI (GM) e DIETU (SNETur)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT.	1	3	5	3	1	45
N36	Software de pesquisas	CTCF (SNETur)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT.	1	5	3	3	1	45
N37	Ampliação do licenciamento de solução de Business Intelligence (BI)	SE/GSE	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT.	1	3	3	3	1	27

N38	Software de edição de Imagens	ASPAR (GM); AECI (GM); SGE; COGEP (SPOA/SE); DEQUA (SNDTur); CFOC (SNDTur); CGPIV (SNDTur); DEPROT (SNDTur); CGEV (SNDTur)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT	1	3	3	3	1	27
N39	Software de edição de vídeos	AECI (GM); COGEP (SE); (SPOA/SE); DEQUA (SNDTur); CGPIV (SNDTur); CGPRO (SNDTur); CGEV (SNDTur)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT	1	3	3	3	1	27
N40	Software de gerenciamento de processos	AECI (GM); DEQUA (SNDTur); CGQT (SNDTur); CGEV (SNDTur)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT	1	3	3	3	1	27
N41	Software de gerenciamento de projetos/planejamento	AECI (GM); CGMAP (SE); CFOC (SNDTur) ; DEQUA (SNDTur); CGTI (SPOA/SE); CGMAP (SE)	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT	1	3	3	3	1	27

N42	Leitura e edição de PDF	ASPAR (GM); AECI (GM); AERI (GM); CMAP (SPOA/CGRL/SE); COGEP (SE); CAAI (SNETur); CTCF (SNETur); DIETU (SNETur); DEQUA (SNDTur); CGPIV (SNDTur); CGEV (SNDTur).	Atende apenas de forma indireta aos objetivos do PPA e PNT.	1	3	1	3	1	9
Necessidades de aquisição de Hardwares e Serviços									
N43	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Central (equipamentos, serviços e contratos)	SE	Alinhado aos diversos objetivos do PPA e PNT por envolver todas as áreas do MTUR.	3	5	5	5	3	1125
N44	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Distribuído (Microinformática)	SE; GM; SNETur; SNPTur	Alinhado aos diversos objetivos do PPA e PNT por envolver todas as áreas do MTUR.	3	3	5	5	1	225
Novas demandas aprovadas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação Necessidade de desenvolvimento de novo sistema									

N45	Criação de sistema para coleta e uso inteligente de dados públicos.	SIG	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Demanda aprovada e priorizada pelo CETI
Necessidade de aquisição de software				
N46	Ferramentas de inteligência artificial: Chatbot; Análise de sentimento e análise de perfil psicológico.	SIG	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Demanda aprovada e priorizada pelo CETI
N47	Necessidade 47: Ferramenta de tradução de texto.	SIG	PPA: OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos. Órgão Responsável: Ministério do Turismo	Demanda aprovada e priorizada pelo CETI

Quadro 11 - Necessidades de TI priorizadas

13 PLANO DE METAS E AÇÕES

Baseado nas demandas apontadas pelo levantamento de necessidades e na priorização dessas, o Plano de Metas e Ações apresenta as principais realizações a serem executadas pela CGTI ao longo do biênio 2019-2020. As informações estão dispostas no quadro abaixo, contendo: a necessidade e sua identificação, a área demandante, a prioridade, a meta e sua identificação, o indicador, o valor do indicador e o prazo para acompanhamento, e, por fim, as ações a serem realizadas para o alcance das metas. As metas e ações das 38 necessidades estão assim descritas:

NECESSIDADES			METAS		AÇÕES					Priorização
ID	Necessidade	Área demandante	ID	Meta	ID	Ação	Indicador	Valor	Prazo *	
Necessidades de Desenvolvimento de Novos Sistemas/Ferramentas										
N1	Reformulação e evolução do Sistema Nacional de Registro de Hospedes (SNRHos)	CGRT	M1	Desenvolver o novo sistema SNRHos, conforme nova realidade jurídica	A1.1	Reescrever o sistema SNRHos fora da plataforma tecnológica atual, implementando as evoluções necessárias, por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	125
					A1.2	Aplicar tecnologia de BI na disponibilização das informações do sistema SNRHos	% da construção do painel principal do sistema criado	100		
N2	Desenvolver portal que reúna em um só lugar diversas informações sobre o turismo brasileiro	Comitê Estratégico de TI - CETI	M2	Desenvolver novo portal	A2	Disponibilizar portal por meio da FSW	% do site criado	100	Mar.20	CETI
N3	Desenvolver sistema de Fiscalização de Prestadores de Serviços turísticos	CFOC	M3	Desenvolver o sistema	A3.1	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	675
					A3.2	Aplicar tecnologia de BI na disponibilização das	% da construção do painel	100	Dez.20	

						informações do sistema	principal do sistema criado			
N4	Retomar o desenvolvimento do SISPLAMA - Sistema de Planejamento, Avaliação e Monitoramento das Ações de Qualificação	CGQT	M4	Desenvolver o sistema SISPLAMA	A4.1	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	375
					A4.2	Aplicar tecnologia de BI na disponibilização das informações do sistema	% da construção do painel principal do sistema criado	100	Dez.20	
N5	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema PRODETUR+TURISMO (atualmente em curso)	CGPLA	M5	Concluir o desenvolvimento do sistema PRODETUR+TURISMO	A5	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Mar.19	375
N6	ADS China	AERI	M6	Ativar link para que as empresas possam participar da chamada pública	A6	Disponibilizar link ativado e demais informações necessárias via relatório	% de desenvolvimento do sistema	100	Ago.19	375
N7	SIDTUR: retomada do desenvolvimento do novo sistema	CGPRO	M7.1	Finalizar o módulo "Eventos" do novo sistema SIDTUR	A7.1	Entregar o módulo de "Eventos" em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	34	Dez.20	225
			M7.2	Finalizar o módulo "Inteligência de mercado" do novo sistema SIDTUR	A7.2	Entregar o módulo de "Inteligência de mercado" em produção por meio da FSW		33		

			M7.3	Finalizar o módulo "Experiência" do novo sistema SIDTUR	A7.3	Entregar o módulo de "Experiência" em produção por meio da FSW		33		
N8	Desenvolver arquitetura do novo Portal de Turismo do MTur - Portal Brasil	CGPIV	M8	Desenvolver solução para o novo portal	A8	Desenvolver arquitetura do novo portal	% de desenvolvimento do portal	100	Jul.19	225
N9	Desenvolver solução tecnológica para operacionalização do Prêmio Nacional do Turismo	DEPROT	M9	Desenvolver o sistema	A9	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Jul.19	225
N10	Desenvolver sistema capaz de integrar informações das propostas do SICONV com todos os processos relacionados a análise e prestação de contas do convênio MTur.	CGEV	M10	Desenvolver o sistema	A10	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	135
N11	Desenvolver Agenda de Eventos do Ministério do Turismo - evolução da ferramenta e incorporação ao SIDTUR	DEPROT	M11	Desenvolver e integrar a solução	A11	Entregar solução por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Out.19	135

N12	Implantar e adaptar sistema para Gestão de Processos internos do MTur: Substituição da Plataforma de Gestão do Turismo (PGTur), hoje suportada por tecnologia obsoleta, sem suporte do fabricante da solução	CGTI	M12	Desenvolver o Sistema para Gestão de Processos	A12	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	81
N13	Implantar e adaptar sistema para Cadastro de Informações sobre financiamentos concedidos pelos Bancos contratados pelo FUNGETUR	CTCF	M13	Desenvolver o sistema	A13	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	81
N14	Implantar e adaptar sistema para controle das emendas parlamentares	ASPAR	M14	Desenvolver o sistema	A14	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	81
N15	Desenvolver nova versão do sistema FISCON (Reescrita e Evolução)	Assessoria SNTur	M15	Desenvolver o sistema	A15	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Mar.19	75
N16	Retomar o desenvolvimento do sistema GESPRO 2.0	DIETU/CGIE	M16	Desenvolver o sistema GESPRO 2.0	A16	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	45

	(Sistema de Infraestrutura Turística - SIT)									
N17	Desenvolver sistema de controle de eventos e interlocução com as secretarias estaduais do turismo	CETIN	M17	Desenvolver o sistema	A17	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	45
N18	Desenvolver sistema de controle de eventos e seus gastos; O sistema é de uso interno do MTur, disponível a todas as áreas envolvidas com Transferência Voluntárias	CGCV	M18	Desenvolver o sistema	A18	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	45
N19	Desenvolver Sistema para Geração de Relatórios a partir de base de dados da área, em substituição ao CONSIAFI	CGPOF	M19	Desenvolver o sistema	A19.1	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	45
					A19.2	Aplicar tecnologia de BI na disponibilização dessas informações	% da construção do painel principal do sistema criado	100		
N20	Disponibilizar a produção do portal SEI	Várias áreas	M20	Disponibilizar produção	A20	Disponibilizar produção por meio da FSW	% do sistema disponível	100	Dez.19	45

N21	Implantar e adaptar sistema de Controle de Visitantes	CDOC/CGRL	M21	Desenvolver o sistema	A21	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Mar.19	27
N22	Retomar o desenvolvimento do módulo CNT do sistema SAC - Sistema de Acompanhamento de Colegiado	CNT	M22	Desenvolver o módulo CNT	A22	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	15
N23	Implantar e adaptar sistema de acompanhamento de demandas da Ouvidoria	Ouvidoria	M23	Desenvolver o sistema	A23	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	9
N24	Implantar e adaptar sistema para substituição de planilhas utilizadas para controle das diversas informações acerca de cadastros de servidores	COGEP	M24	Desenvolver o sistema	A24	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.19	9
N25	Reformulação e evolução do sistema SCDE	AECI	M25	Desenvolver o sistema	A25	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	9
N26	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema CESI - Combate da	CTCF	M26	Desenvolver o sistema CESI	A26	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Fev.19	CETI

	Exploração Sexual Infantil									
N27	Desenvolver plataforma on-line para divulgar oportunidades de negócios em todas as regiões turísticas do país	CAAI	M27	Desenvolver o sistema	A27	Entregar sistema em produção por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.20	CETI
*Necessidades de desenvolvimento (N3, N4, N5 e N22) já estão em andamento e com prazo de conclusão definido										
Necessidades de manutenção evolutiva										
N28	Todos os sistemas e sites do parque tecnológico do MTur são passíveis de manutenção, podendo as mesmas serem dos tipos corretiva, evolutiva ou adaptativa, conforme demanda.	Várias áreas	M28	Realizar as manutenções conforme dispostas na ferramenta de chamados	A28	Atender aos chamados entregando as devidas correções de scripts e implementando as pequenas e médias alterações	% de tickets atendidos	100	Jan.19 Dez.20	1125
Necessidades de desenvolvimento e manutenção de aplicativos										
N29	Desenvolver aplicativo para o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos	CGTR	M29	Desenvolver o Aplicativo	A29	Entregar o aplicativo pronto nas lojas (<i>Apple Store e Play Store</i>)	% de desenvolvimento do aplicativo	100	Dez.20	CETI
N30	Manutenção evolutiva do Aplicativo do Turismo Acessível	CTCF	M30	Evoluir o App conforme requisitos da área gestora	A30	Implementar no App as evoluções necessárias	% de implementação dos requisitos de	100	Dez.20	1125

							evolução levantados			
N31	Desenvolver aplicativo para o sistema SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	SE	M31	Desenvolver o Aplicativo	A31	Entregar o aplicativo pronto nas lojas (<i>Apple Store e Play Store</i>)	% de desenvolvimento do aplicativo	100	Dez.20	135
N32	Manutenção evolutiva e/ou adaptativa do Aplicativo desenvolvido em parceria com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas)	CTCF	M32	Evoluir e/ou adaptar o App	A32	Implementar no App as evoluções necessárias	% de implementação dos requisitos de evolução levantados	100	Dez.20	135
N33	Desenvolver aplicativo para as matrizes do SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem.	CGQT (SNDTur)	M33	Entregar aplicativo	A33	Implementar App	% de desenvolvimento do aplicativo	100	Dez.20	CETI
Necessidades aquisição de softwares										
N34	Aquisição de Software - Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA).	CGQT	M34	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A34	Aquisição de Software para PEA	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19	1125

N35	Software de arquitetura e engenharia	AECI; DIETU	M35	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A35	Adquirir software de arquitetura e engenharia	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	45
N36	Software de pesquisas	CGTR	M36	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A36	Adquirir software de gerenciamento de pesquisas	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	45
N37	Ampliar o licenciamento da solução de Business Intelligence (BI)	SE/GSE	M37	Disponibilizar solução de BI ao MTur	A37.1	Renovação contratual ou nova aquisição.	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19 Dez.20	27
					A37.2	Implantar a solução de BI nas áreas demandantes	% de execução do projeto de implantação de BI	100	Dez.19 Dez.20	
N38	Software de edição de Imagens	ASPAR; AECI; SGE/COGEP; DEQUA; CGPIV; DEQUA/CGQT; DEPROT/CGPRO; DEPROT/CGEV	M38	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A38	Adquirir softwares de edição de imagem	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	27
N39	Software de edição de vídeos	AECI; SGE/COGEP; DEQUA; CGPIV; DEPROT/CGPRO; DEPROT/CGEV	M39	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A39	Adquirir softwares de edição de vídeos	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	27
N40	Software de gerenciamento de processos	AECI; DEQUA/CFOC; DEQUA; DEPROT/CGEV	M40	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A40	Adquirir software de gerenciamento de processos	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	27
N41	Software de gerenciamento de projetos/planejamento	AECI; SGE/CGMAP; DEQUA; DEQUA/CGQT;	M41	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A41	Adquirir software de gerenciamento de projetos/planejamento	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	27

		SPOA/CGTI; SGE/CGMAP								
N42	Leitura e edição de PDF	ASPAR; AEI; AERI; SPOA/CGRL/CMAP ; SGE/COGEP; DEOTUR/CAAI; DEOTUR/CTCF; DIETU; DEQUA; CGPIV; DEQUA/CGQT; DEPROT/CGEV	M42	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A42	Adquirir software de edição de PDF	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	9
Necessidades de aquisição de Hardwares e Serviços										
N43	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Central: - Solução de backup - Ativos de Rede (Switches) - Ativos de Rede (Servidores) - Unidade para Backup (Fitoteca) - Solução de Segurança da Informação (DDOS) - Solução de Redes Computacionais	SE; GM; SNETur; SNDTur; SNINT	M43.1	Prover serviços de suporte técnico, atualização tecnológica ou expansão das soluções já presentes no MTur	A43.1.1	Contratar solução de backup (serviço de suporte e ou nova aquisição)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	1125
					A43.1.2	Contratar solução de switches (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	
					A43.1.3	Contratar solução de servidores (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	
					A43.1.4	Contratar solução de backup - fitoteca (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	
					A43.1.5	Contratar solução AntiDDos	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	

(NAC) - Mensuração de Software -Solução de Segurança de mensageria (gateway de e-mails) -Solução de Análise de Vulnerabilidades - Fábrica de Software e Desenvolvimento e manutenção de portais WEB - Aplicativos Mobile - Service Desk/ Help Desk - Sustentação de Infraestrutura - INFOVIA e INFOCONV - Storage -Telefonia -Serviço de impressão -manutenção da Sala-Cofre -Licenciamento Microsoft	M43.2	Disponibilizar novas soluções para o MTur	A43.2.1	Contratar solução de segurança de redes computacionais	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19
			A43.2.2	Realizar contratação de mensuração de software (Fábrica de Métricas)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19
			A43.2.3	Adquirir solução de segurança de mensageria (gateway de e-mails)	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19
			A43.2.4	Adquirir solução de Análise de Vulnerabilidades	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19
			A43.2.5	Contratar serviço de apoio à Governança: Auditoria e Conformidade.	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19
			A43.2.6	Contratação de apoio técnico de TIC: arquitetura de software; teste e qualidade de software; dados e informações; conteúdo Web; Segurança da Informação e comunicação.	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19

- Serviço de apoio à Governança de TIC - Serviço de apoio técnico de TIC - Contratação APIS de geolocalização			A43.2.7	Contratação APIS de Geolocalização	% do processo de contratação realizado	100	Jun.19
	M43.3	Manter as soluções tecnológicas necessárias aos serviços de TI atualmente prestados no MTur	A43.3.1	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas e de desenvolvimento de portais WEB (Fábrica de Software)	% do processo de contratação realizado	100	Out.19 Out.20
			A43.3.2	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de desenvolvimento de aplicativos mobile	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19 Dez.20
			A43.3.3	Contratação de Suporte técnico ao usuário de microinformática (Service Desk / Help Desk)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19 Dez.20
			A43.3.4	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de Serviço de sustentação da Infraestrutura de TI do MTur	% do processo de contratação realizado	100	Mai.19 Mai.20

A43.3.5	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação do Acesso à Internet (INFOVIA SERPRO)	% do processo de contratação realizado	100	Ago.19 Ago.20
A43.3.6	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação do Acesso a Base Infoconv Consulta CPF/CNPJ (InfoConv SERPRO)	% do processo de contratação realizado	100	Set.19 Set.20
A43.3.7	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação Suporte a solução de armazenamento de dados (storage)	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19 Jul.20
A43.3.8	Realizar nova contratação e/ou suporte da solução de Telefonia VoIP	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19 Dez.20
A43.3.9	Prorrogar contrato vigente ou nova aquisição de serviço de impressão.	% do processo de contratação realizado	100	Ago.19 Ago.20
A43.3.10	Prorrogar contrato vigente ou nova contratação de serviço de	% do processo de contratação ou renovação realizado	100	Ago.19 Ago.20

						manutenção da Sala-Cofre.				
					A43.3.11	Prorrogar contrato vigente ou nova contratação de Licenciamento Microsoft	% do processo de contratação ou renovação realizado	100	Ago.19 Ago.20	
N44	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Distribuído (Equipamentos, serviços e contratos): - Solução de CFTV - Nobreaks - Certificados Digitais - Computadores -Projeter Multimídia - Televisor - Escâneres - Tablet - Teclado/mouse sem fio - Teclado/mouse com fio - Câmera Web	SE; GM; SNETur; SNETur; SNINT	M44	Prover atualização tecnológica ou expansão das soluções já presentes no MTur	A44.1	Contratar solução de CFTV	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19	225
					A44.2	Adquirir nobreak para a sala de equipamentos de TI	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	
					A44.3	Adquirir certificados digitais	% dos processos de contratação realizados	100	Dez.19	
					A44.4	Adquirir microcomputadores	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19	
					A44.5	Adquirir projetor multimídia	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19	
					A44.6	Adquirir televisores	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	
					A44.7	Adquirir escâneres	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20	

<ul style="list-style-type: none"> - Fone/Microfone (<i>headset</i>) - Monitor de Vídeo - Disco Rígido (HD - Externo) - Solução de videoconferência 				A44.8	Adquirir tablets	% do processo de contratação realizado	100	Dez.19
				A44.9	Adquirir teclados/mouses sem fio	% do processo de contratação realizado	100	Jul..19
				A44.10	Adquirir teclados/mouses com fio	% do processo de contratação realizado	100	Jul..19
				A44.11	Adquirir câmeras web	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20
				A44.12	Adquirir fone/microfone (<i>headset</i>)	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20
				A44.13	Adquirir monitores de vídeo	% do processo de contratação realizado	100	Jul..19
				A44.14	Adquirir discos rígidos (HD externo)	% do processo de contratação realizado	100	Jul..19
				A44.15	Adquirir solução de videoconferência	% do processo de contratação realizado	100	Dez.20
			A44.16	Adquirir - Gravador/leitor de CD/DVD externo	% do processo de contratação realizado	100	Jul.19	

Novas demandas Aprovadas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Necessidade de desenvolvimento de novo sistema

N45	Criação de sistema para coleta e uso inteligente de dados públicos	SIG/SE	M45	Desenvolver o sistema	A45	Entregar sistema por meio da FSW	% de desenvolvimento do sistema	100	Dez.19	CETI
Necessidade de aquisição de software										
N46	Ferramentas de inteligência artificial: Chatbot; Análise de sentimento e análise de perfil psicológico.	SIG/SE	M46	Analisar a viabilidade de aquisição de softwares	A46	Adquirir softwares de IA	% do processo de aquisição realizado	100	Dez.19	CETI
N47	Ferramenta de tradução de texto.	SIG/SE	M47	Analisar a viabilidade de aquisição de software	A47	Adquirir ferramenta de tradução	% do processo de aquisição realizado	100	Dez.19	CETI

Quadro 12 - Plano de Metas e Ações

14 PLANO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Orçamentário do PDTIC 2019-2020 traz a estimativa dos recursos necessários à execução das diversas ações, a partir do Plano de Metas e Ações, tanto no que se refere a investimentos quanto a custeios, a serem realizados nos exercícios de 2019 e 2020.

Cumprido esclarecer que as ações orçadas neste plano refletem apenas uma estimativa atual, podendo ocorrer variações de mercado e/ou mudança das necessidades do órgão no decorrer do período, conforme planejamento das aquisições de TI e estudo técnico de sua viabilidade a serem realizados na fase de planejamento da contratação, em conformidade com os processos da IN 04/2014/SLTI.

PLANO ORÇAMENTÁRIO

Necessidade	Descrição da necessidade ou da ação	Solução de TI	Estimativa de gastos			
			2019	2020		
			Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas e de desenvolvimento de portais WEB (Fábrica de Software)	Fábrica de software				
N1	Reformulação e evolução do Sistema Nacional de Registro de Hospedes (SNRHos)	Fábrica de software	R\$ 5.686.666,26		R\$ 5.686.666,26	
N2	Desenvolver portal que reúna em um só lugar diversas informações sobre o turismo brasileiro	Fábrica de software				
N3	Desenvolver sistema de Fiscalização de Prestadores de Serviços turísticos	Fábrica de software				

N4	Retomar o desenvolvimento do SISPLAMA - Sistema de Planejamento, Avaliação e Monitoramento das Ações de Qualificação	Fábrica de software				
N5	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema PRODETUR+TURISMO (atualmente em curso)	Fábrica de software				
N6	ADS China	Fábrica de software				
N7	SIDTUR: retomada do desenvolvimento do novo sistema	Fábrica de software				
N8	Desenvolver arquitetura do novo Portal de Turismo do MTur - Portal Brasil	Fábrica de software				
N9	Desenvolver solução tecnológica para operacionalização do Prêmio Nacional do Turismo	Fábrica de software				
N10	Desenvolver sistema capaz de integrar informações das propostas do SICONV	Fábrica de software				

	com todos os processos relacionados a análise e prestação de contas do convênio MTur.					
N11	Desenvolver Agenda de Eventos do Ministério do Turismo - evolução da ferramenta e incorporação ao SIDTUR	Fábrica de software				
N12	Implantar e adaptar sistema para Gestão de Processos internos do MTur: Substituição da Plataforma de Gestão do Turismo (PGTur), hoje suportada por tecnologia obsoleta, sem suporte do fabricante da solução	Fábrica de software (implantação e adaptação)				
N13	Implantar e adaptar sistema para Cadastro de Informações sobre financiamentos concedidos pelos	Fábrica de software (implantação e adaptação)				

	Bancos contratados pelo FUNGETUR					
N14	Implantar e adaptar sistema para controle das emendas parlamentares	Fábrica de software (implantação e adaptação)				
N15	Desenvolver nova versão do sistema FISCON (Reescrita e Evolução)	Fábrica de software				
N16	Retomar o desenvolvimento do sistema GESPRO 2.0 (Sistema de Infraestrutura Turística - SIT)	Fábrica de software				
N17	Desenvolver sistema de controle de eventos e interlocução com as secretarias estaduais do turismo	Fábrica de software				
N18	Desenvolver sistema de controle de eventos e seus gastos; O sistema é de uso interno do MTur, disponível a todas as	Fábrica de software				

	áreas envolvidas com Transferência Voluntárias					
N19	Desenvolver Sistema para Geração de Relatórios a partir de base de dados da área, em substituição ao CONSIAFI	Fábrica de software				
N20	Disponibilizar a produção do portal SEI	Fábrica de software				
N21	Implantar e adaptar sistema de Controle de Visitantes	Fábrica de software (implantação e adaptação)				
N22	Retomar o desenvolvimento do módulo CNT do sistema SAC - Sistema de Acompanhamento de Colegiado	Fábrica de software				
N23	Implantar e adaptar sistema de acompanhamento de demandas da Ouvidoria	Fábrica de software (implantação e adaptação)				

N24	Implantar e adaptar sistema para substituição de planilhas utilizadas para controle das diversas informações acerca de cadastros de servidores	Fábrica de software (implantação e adaptação)				
N25	Reformulação e evolução do sistema SCDE	Fábrica de software				
N26	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema CESI - Combate da Exploração Sexual Infantil	Fábrica de software				
N27	Desenvolver plataforma on-line para divulgar oportunidades de negócios em todas as regiões turísticas do país	Fábrica de software				
N28	Todos os sistemas e sites do parque tecnológico do MTur são passíveis de manutenção, podendo as mesmas serem dos tipos	Fábrica de software				

	corretiva, evolutiva ou adaptativa, conforme demanda.					
N45	Criação de sistema para coleta e uso inteligente de dados públicos	Fábrica de software				
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de desenvolvimento de aplicativos mobile	Fábrica Mobile	R\$ 3.387.600,00		R\$ 3.387.600,00	
N29	Desenvolver aplicativo para o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos	Fábrica Mobile				
N30	Manutenção evolutiva do Aplicativo do Turismo Acessível	Fábrica Mobile				
N31	Desenvolver aplicativo para o sistema SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	Fábrica Mobile				

N32	Manutenção evolutiva e/ou adaptativa do Aplicativo desenvolvido em parceria com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas)	Fábrica Mobile				
N33	Desenvolver aplicativo para as matrizes do SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem.	Fábrica Mobile				
N34	Aquisição de Software - Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA).	Aquisição de software *(com treinamento)	R\$ 20.307,83			
N35	Adquirir software de arquitetura e engenharia	Aquisição de software	R\$ 21.614,00			
N36	Adquirir software de gerenciamento de pesquisas	Aquisição de software	R\$ 5.400,00			
N37	Solução de Business Intelligence (BI)	Software/ serviço/ QlikSense		R\$ 463.170,00		R\$ 463.170,00
	Implantar a solução de BI nas áreas demandantes	Software/ serviço/ QlikSense				

N38	Adquirir softwares de edição de imagem	Aquisição de software			R\$ 31.314,04	
N39	Adquirir softwares de edição de vídeos	Aquisição de software			R\$ 19.600,00	
N40	Adquirir software de gerenciamento de processos	Aquisição de software	Inicialmente previsto software livre			
N41	Adquirir software de gerenciamento de projetos/planejamento	Aquisição de software			R\$ 41.847,92	
N42	Adquirir software de edição de PDF	Aquisição de software	Inicialmente previsto software livre			
N43	Contratar solução de backup (serviço de suporte e ou nova aquisição)	Equipamento/suporte	R\$ 1.046.194,57			
N43	Contratar solução de switches (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	Equipamento/suporte	R\$ 2.996.264,06			
N43	Contratar solução de servidores (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	Equipamento/suporte		R\$ 726.945,00		
N43	Contratar solução de backup - fitoteca (serviço de suporte e/ou nova aquisição)	Equipamento/ software			R\$ 230.458,23	
N43	Contratar solução AntiDDos	Equipamento			R\$ 956.902,67	

N43	Contratar solução de segurança de redes computacionais	Aquisição de software	R\$ 273.000,00			
N43	Realizar contratação de mensuração de software (Fábrica de Métricas)	Fábrica de métricas		R\$ 188.309,85		R\$ 188.309,85
N43	Adquirir solução de segurança de mensageria (gateway de e-mails)	Equipamento/ software	R\$ 89.250,00		R\$ 89.250,00	
N43	Adquirir solução de Análise de Vulnerabilidades	Equipamento/ software	R\$ 159.375,00		R\$ 159.375,00	
N43	Contratação de Suporte técnico ao usuário de microinformática (Service Desk / Help Desk)	Serviço		R\$ 919.718,17		R\$ 919.718,17
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação de Serviço de sustentação da Infraestrutura de TI do MTur	Serviço		R\$ 1.888.802,16		R\$ 1.888.802,16
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação do	Serviço		R\$ 405.915,84		R\$ 405.915,84

	Acesso à Internet (INFOVIA SERPRO)					
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação do Acesso à Base InfoConv SERPRO	Serviço		R\$ 246.924,84		R\$ 246.924,84
N43	Prorrogar contrato vigente ou realizar nova contratação suporte/atualização da solução de armazenamento de dados (storage)	Equipamento/ software/ serviço		R\$ 66.000,00		R\$ 66.000,00
N43	Realizar nova contratação e/ou suporte da solução de Telefonia VoIP	Equipamento/ serviço		R\$ 102.316,48		R\$ 102.316,48
N43	Prorrogar contrato vigente ou nova aquisição de serviço de impressão.	Equipamento/ serviço		R\$ 321.863,08		R\$ 321.863,08
N43	Prorrogar contrato vigente ou nova contratação de serviço de manutenção da Sala-Cofre.	Serviço		R\$ 249.990,00		R\$ 249.990,00
N43	Prorrogar contrato vigente ou nova	Licenças de software	R\$ 1.800.000,00		R\$ 1.800.000,00	

	contratação de Licenciamento Microsoft					
N43	Contratar serviço de apoio à Governança: Auditoria e Conformidade.	Serviço		R\$ 318.576,96		R\$ 318.576,96
N43	Contratação de apoio técnico de TIC: arquitetura de software; teste e qualidade de software; dados e informações; conteúdo Web; Segurança da Informação e comunicação.	Serviço		R\$ 1.256.703,00		R\$ 1.256.703,00
N43	Contratação APIS de geolocalização	Serviço		R\$ 20.000,00		R\$ 20.000,00
N44	Contratar solução de CFTV	Equipamento/software	R\$ 13.990,00			
N44	Adquirir nobreak para a sala de equipamentos de TI	Equipamento			R\$ 10.820,67	
N44	Adquirir certificados digitais	certificado	R\$ 19.869,34		R\$ 19.869,34	
N44	Adquirir microcomputadores	Equipamento	R\$ 2.263.533,00			
N44	Adquirir projetores multimídia	Equipamento	R\$ 7.649,99			

N44	Adquirir televisores	Equipamento			R\$ 9.577,58	
N44	Adquirir escâneres	Equipamento			R\$ 2.610,00	
N44	Adquirir tablets	Equipamento	R\$ 19.223,53			
N44	Adquirir teclados/mouses sem fio	Equipamento	R\$ 1.954,77			
N44	Adquirir teclados/mouses com fio	Equipamento	R\$ 6.475,00			
N44	Adquirir câmeras web	Equipamento			R\$ 718,51	
N44	Adquirir fone/microfone (headset)	Equipamento			R\$ 342,76	
N44	Adquirir monitores de vídeo	Equipamento	R\$ 18.190,33			
N44	Adquirir discos rígidos (HD externo)	Equipamento	R\$ 2.437,16			
N44	Adquirir - Gravador/leitor de CD/DVD externo	Equipamento	R\$ 16.565,92			
N44	Adquirir solução de videoconferência	Equipamento			R\$ 14.440,60	
N45	Ferramentas de inteligência artificial: Chatbot; Análise de sentimento e análise de perfil psicológico	Software	A princípio não há previsão de custos, será analisado software livre			
N46	Ferramenta de tradução de texto	Software	A princípio não há previsão de custos,			

			será analisado software livre			
Totais			R\$ 17.855.560,76	R\$ 7.175.235,38	R\$ 12.461.393,58	R\$ 6.448.290,38
Total			R\$ 25.030.796,14		R\$ 18.909.683,96	

Quadro 13 - Plano de Contratações e Aquisições de Soluções de TI

15 PLANO DE CAPACITAÇÃO

A capacitação profissional é assunto de extrema relevância para uma organização. Na área de Tecnologia da Informação a capacitação é fundamental para a continuidade do suporte às ações do MTur, uma vez que a área de TI é muito dinâmica e integrada com as mais diversas áreas do conhecimento.

A fim de manter os recursos humanos capacitados e atualizados para acompanhar os avanços dessa área, são necessários conhecimentos ligados ao negócio da instituição e capacitação contínua nas áreas específicas de atuação da TI, especificamente nos modelos de melhores práticas adotados pela CGTI.

A CGTI elaborou o projeto de Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de Analista de Tecnologia da Informação (MCPC) que apresentou o levantamento de 86 competências necessárias para o funcionamento das diferentes áreas da CGTI do MTur e o mapeamento da lacuna (*gap*) das competências existentes. Um dos resultados do projeto foi o planejamento do desenvolvimento de competências estabelecidas como prioritárias para a CGTI, trabalho que influencia diretamente as capacitações estabelecidas neste PDTI.

Considerando o levantamento de necessidades, metas e ações definidas para o período de 2019-2020, foram levantadas as necessidades de capacitação dos servidores efetivos da CGTI. As capacitações citadas neste PDTI referem-se a cursos de aperfeiçoamento profissional encontrados no mercado. Cada capacitação necessária possui pelo menos uma competência associada que será desenvolvida ao realizar o curso. Além disso, foi também estimado o número de servidores que farão o curso. Este número é baseado na prioridade de cada capacitação e pode ser ajustado de acordo com as possibilidades do órgão no momento de sua realização.

O quadro abaixo indica o quantitativo e a qualificação dos recursos humanos de TI necessários para alcançar as metas e ações estabelecidas ao longo deste Plano Diretor.

Área de Capacitação / Curso	Competências Relacionadas	Quantidade de Servidores
Gerenciamento de portfólio de projetos	Gerenciar portfólio de projetos de TI.	05
Gerenciamento de Projetos - PMBok	Gerenciar projetos de TI, aplicando a metodologia previamente definida, conforme as melhores práticas de gerenciamento de projetos; coordenar equipes, de maneira a influenciar de forma positiva mentalidades e comportamentos, proporcionando a coesão necessária para realizar os objetivos do grupo.	07
Gestão de projetos com metodologia Ágil	Gerenciar projetos de desenvolvimento de sistemas, utilizando metodologias adotadas pelo MTur.	07

Capacitação em métricas de software	Gerenciar projetos de desenvolvimento de sistemas, utilizando metodologias adotadas pelo MTur.	02
Definição e monitoramento dos níveis de serviços em TI	<p>Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços;</p> <p>Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária;</p> <p>Gerenciar os níveis de serviço, garantindo que o processo de avaliação da qualidade seja documentado e executado periodicamente; acompanhar e controlar os níveis de serviços de TI em sua área de atuação, quando houver;</p> <p>Estabelecer processo de acompanhamento dos serviços prestados para verificação do atingimento dos níveis contratados;</p> <p>Elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços.</p>	07
Indicadores e Métricas em TI	<p>Definir indicadores claros, objetivos e que permitam ao receptor fazer uma leitura conclusiva das informações apresentadas;</p> <p>Elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços;</p> <p>Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária;</p> <p>Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços;</p> <p>Criar indicadores para subsidiar a avaliação das políticas, planos e desempenho de TI;</p> <p>Monitorar o andamento e os resultados dos projetos por meio de indicadores, mensurando-os periodicamente;</p> <p>Propor estratégia de monitoramento, acompanhando os resultados e benefícios por meio de metas e de indicadores claros e objetivos; analisar relatórios e indicadores implantados, verificando se estes são eficazes para o monitoramento do desempenho da TI.</p>	04
Ferramenta de gerenciamento de projetos - MS Project	Operar ferramenta de gerenciamento de projetos, adotando as melhores práticas utilizadas pela CGTI.	05

Gestão de TI - ITIL

Identificar as melhores práticas de governança e de gestão aplicáveis à CGTI, de forma a possibilitar a escolha e a utilização de ferramenta ou de processo mais adequado;

05

Estabelecer parâmetros para definição e monitoramento dos níveis de serviço junto à área usuária;

Gerenciar os níveis de serviço, garantindo que o processo de avaliação da qualidade seja documentado e executado periodicamente; elaborar relatórios contendo indicadores claros e objetivos para acompanhar os níveis de serviços;

Acompanhar e controlar os níveis de serviços de TI em sua área de atuação, quando houver;

Estabelecer processo de acompanhamento dos serviços prestados para verificação do atingimento dos níveis contratados;

Definir níveis de serviço para cada contrato, de forma que não haja perda de eficiência nos serviços;

Gerenciar incidentes e problemas, buscando soluções em tempo hábil.

Gestão de Segurança da Informação

Descartar os dados de forma segura, considerando os requisitos das áreas usuárias do órgão e os requisitos legais;

02

Controlar e mensurar a segurança durante a configuração, integração e manutenção de hardware e software da infraestrutura;

Operar ferramentas de gestão de riscos e de monitoramento da rede do Ministério do Turismo;

Gerenciar a implementação e execução das políticas e diretrizes de SIC em nível estratégico, tático e operacional;

Gerenciar ações de SIC com base na identificação e acompanhamento dos riscos, considerando normas de gestão da segurança da informação;

Estabelecer processo para a classificação de dados, considerando níveis de acesso, garantia da segurança da informação, comunicação e metodologia definida;

Planejar ações de SIC considerando as normas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, legislação correlata e melhores práticas;

Controlar e mensurar a segurança durante a configuração,

	integração e manutenção de hardware e software da infraestrutura.	
Requisitos de Software – Levantamento, Análise e Gestão	Gerenciar bancos de dados, aplicando os conhecimentos de sistema gerenciador de banco de dados, estrutura de dados, modelagem de dados e performance.	01
Governança de TI - COBIT	Identificar as melhores práticas de governança e de gestão aplicáveis à CGTI, de forma a possibilitar a escolha e a utilização de ferramenta ou de processo mais adequado; Aplicar as políticas e diretrizes de TI do Governo Federal no âmbito do MTur.	06
Contratações de TI – Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014	Elaborar documentação para processos de contratação de serviços ou aquisição de produtos de TI considerando a legislação vigente; gerenciar os contratos relativos aos bens e serviços de TI de acordo com a legislação vigente; Manter-se atualizado acerca da legislação vigente e melhores práticas aplicáveis à TI.	04
Formação de Gestores com Foco em Liderança	Sensibilizar, incentivar e motivar os colaboradores; Desenvolver a habilidade de comunicação; Desenvolver as competências associadas à liderança; Orientar o autodesenvolvimento e o trabalho em equipe.	04
Excel Avançado	Desenvolver planilhas utilizando o Excel através de recursos avançados, otimizando, automatizando e viabilizando cálculos complexos e análise gráfica de dados.	03
Business Intelligence	Identificar todas as fases de um projeto BI e sua arquitetura; Desenvolver conhecimentos relacionados ao Banco de Dados Relacional e um Datawarehouse; Diferenciar um OLAP e um ETL.	03

Quadro 14 - Capacitação dos servidores em 2019-2020

Para atendimento das necessidades de TI do MTur por meio das ações estimadas no Plano de Metas e Ações, serão necessárias capacitações e competências, minimamente, nas áreas de planejamento de contratações (para cerca de 3 demandas), de gerenciamento de projetos (para aproximadamente 12 demandas) e de fiscalização de contratos (para os 10 contratos atualmente vigentes, 1 contrato em fase de conclusão do processo licitatório e todas as demais contratações que venham a ser realizadas dentre as planejadas).

Conforme descrito no item Estrutura Organizacional da CGTI, a estrutura abaixo é a estrutura ideal e necessária para a realização de todas as ações identificadas neste PDTIC ao longo dos exercícios de 2019 e 2020.

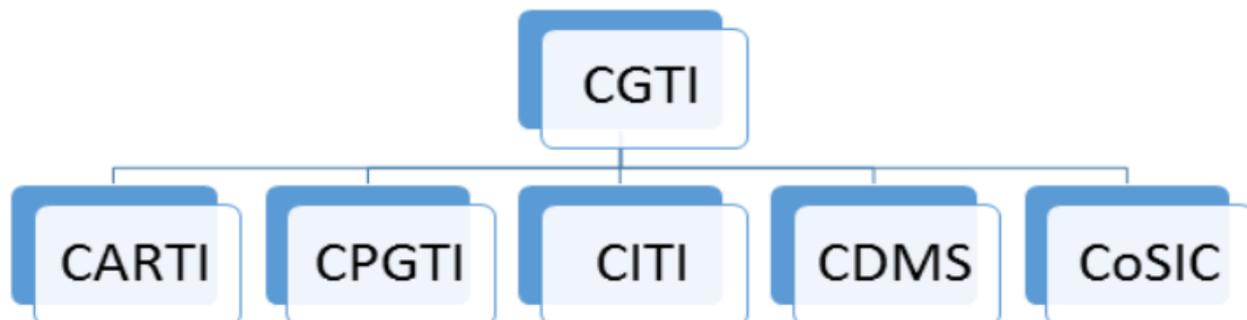


Figura 12 - Proposta de Nova Estrutura Organizacional para a TI

Não havendo a estrutura ideal proposta acima, o atendimento de todas as ações levantadas neste PDTIC poderá ser prejudicado, necessitando de uma nova priorização e seleção das ações.

Com base, ainda, na análise do Plano de Metas e Ações de TI, nos prazos estimados, nas competências e pessoal necessários, propõe-se que a estrutura organizacional mínima e de pessoal da CGTI seja a seguinte:

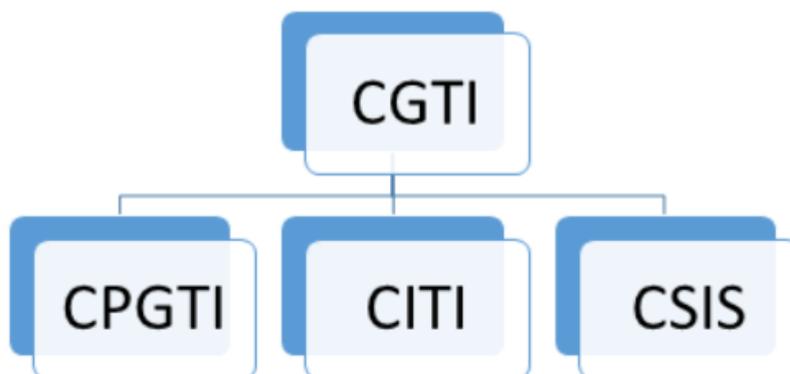


Figura 13 - Proposta de Estrutura Organizacional Mínima para a TI

Na estrutura acima, a Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações (CoSIC) e a Coordenação de Infraestrutura de TI (CITI) seriam agrupadas em uma Coordenação de Infraestrutura de TI (CITI); a Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas seria mantida sob o nome de Coordenação de Sistemas de Informação (CSIS); e a Coordenação de Administração de Recursos de TI (CARTI) e a Coordenação de Planejamento e Gestão de TI (CPGTI) seriam também agrupadas sob o nome de Coordenação de Planejamento e Gestão de TI (CPGTI). As atividades e as atribuições das mencionadas Coordenações seriam devidamente agrupadas, conforme descrito anteriormente.

Área	Cargo (FCPE ou DAS)	Quantidade
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	101.4	1
Coordenação de Planejamento e Gestão de TI (CPGTI)	101.3	1
Coordenação de Infraestrutura de TI (CITI)	101.3	1
Coordenação de Sistemas de Informação (CSIS)	101.3	1

Tabela 6 - Proposta de cargos necessários para A TI

Por fim, o quantitativo de pessoal mínimo necessário para o atendimento das ações levantadas neste PDTIC, em conformidade com o estimativo levantado no projeto de mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI, mencionado anteriormente, seria:

Cargo	Quantidade
Coordenador-Geral	1 servidor
Analistas de Tecnologia da Informação	16 servidores
Agentes Administrativos - Nível Médio e Superior	7 servidores
TOTAL	24 servidores efetivos

Tabela 7 - Proposta de força total de servidores efetivos necessária

O quantitativo estimado acima poderá ser redimensionado, por ocasião da revisão deste PDTIC, e utilizar-se do Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC (MQP) do SISP.

16 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

O Plano de Gestão de Riscos identifica, para cada necessidade levantada, os principais riscos que podem afetar total ou parcialmente a sua execução, impactando no alcance das metas e na realização das atividades propostas neste PDTIC.

Inicialmente, foi realizada a identificação dos riscos e definida a estimativa de cada risco identificado para as respectivas necessidades. Essa estimativa é um processo utilizado para atribuir valores à probabilidade e consequência de cada risco ao negócio. Este PDTIC designou os valores qualitativos para a estimativa dos riscos, a probabilidade e os impactos aos riscos identificados. Os quadro e tabela abaixo determinam a escala de medida utilizada e os critérios que permitiram posicionar um ativo nessa escala.

A probabilidade para a Gestão de Risco refere-se à chance de algo acontecer, não importando se de forma definida, medida ou determinada ainda que objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente. Os impactos são resultados indesejados da ocorrência de uma ameaça contra um bem, que resulta em perda mensurável. Quase todo risco tem um impacto, embora de difícil previsão.

VALOR	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	
		PROBABILIDADE	IMPACTO
1	MUITO BAIXO	<ul style="list-style-type: none">• Chance muito rara de acontecer o evento;• Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer.	<ul style="list-style-type: none">• Não existe impacto financeiro ou impacto significativo sobre a estratégia ou atividades operacionais;• Um evento que, se ocorrer, não produz efeito na operação.
2	BAIXO	<ul style="list-style-type: none">• Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se entre 5% e 30% a chance deste evento de risco ocorrer.	<ul style="list-style-type: none">• Impacto baixo sobre a estratégia ou atividades operacionais;• Um evento que, se ocorrer, causa apenas um pequeno aumento de custos ou atraso operacional. Os requerimentos podem ser cumpridos.
3	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none">• É comum a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se entre 30% e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.	<ul style="list-style-type: none">• Impacto alto sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização;• Um evento que, se ocorrer, causar impacto moderado em processo, mas funções importantes ainda assim são executadas.

4	ALTO	<ul style="list-style-type: none"> • Grande probabilidade de acontecer este tipo de evento; • São frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 70% e 90% a chance deste evento de risco ocorrer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto significativo sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização; • Um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo. Requerimentos secundários podem não ser atingidos.
5	MUITO ALTO	<ul style="list-style-type: none"> • Probabilidade altíssima de acontecer este tipo de evento; • Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evento catastrófico com grande impacto sobre a estratégia ou atividades operacionais da organização; • Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha total de um processo. Incapacidade de atingir um mínimo aceitável dos requerimentos.

Quadro 15 - Descrição dos critérios de classificação - Impacto x Probabilidade

Para a avaliação dos riscos identificados aplicou-se uma matriz de risco estruturada, que identifica os principais itens que compõe o ambiente avaliado. Além disso, a matriz apresenta o impacto da exploração das vulnerabilidades pelas ameaças e a probabilidade desta ocorrência.

Os riscos identificados possuem um atributo chamado de Exposição do Risco. A Exposição do Risco então é resultado da função Impacto x Probabilidade e é estimado tanto quantitativamente como qualitativamente. O resultado dessa operação possui valores possíveis de 1 a 25. Dessa forma os riscos se enquadraram de acordo com a matriz apresentada na tabela abaixo:

Matriz de Risco			Probabilidade				
			1	2	3	4	5
			Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Impacto	5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Média	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Tabela 8 - Matriz de Riscos

A escala acima pode ser aproximada, mais genericamente, para: muito baixo: 1 a 3; baixo: 4 a 7; médio: 8 a 14; alto: 15 a 20; muito alto: 21 a 25.

De posse da matriz de risco foi possível especificar as ações necessárias para a mitigação dos mesmos, seguindo a priorização qualitativa. Por fim, realizou-se o planejamento de respostas aos riscos com a definição e possíveis medidas de contingência como ação de tratamento dos riscos. Ressalta-se que a análise neste plano tem caráter preliminar, visto que cada ação deve passar ainda pela análise de viabilidade da contratação prevista no processo de contratação da IN 04/2014/SLTI ou de continuidade do projeto.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS/FERRAMENTAS

ID	NECESSIDADE	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESTIMATIVADO NÍVEL DE RISCO	RISCOS ACEITÁVEIS	RISCOS TRATÁVEIS	AÇÕES DE TRATAMENTO
N1	Reformulação e evolução do Sistema Nacional de Registro de Hospedes (SNRHos)	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	médio (3)	baixo (6)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa - Elaborar plano de migração

N2	Desenvolver portal que reúna em um só lugar diversas informações sobre o turismo brasileiro	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	X	---	<p>de dados do sistema antigo para o sistema novo -</p> <p>Contemplar migração como parte do projeto do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento 103 dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa - Elaborar plano de migração de dados do sistema antigo para o sistema novo -
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	

N3	Desenvolver sistema de Fiscalização de Prestadores de Serviços turísticos	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	alto (4)	médio (12)	X	---	<p>Contemplar migração como parte do projeto do sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)145	---	X	

N4		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
	Retomar o desenvolvimento do SISPLAMA - Sistema de Planejamento, Avaliação e Monitoramento das Ações de Qualificação	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração
N5	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema PRODETUR+TURISMO	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração

	(atualmente em curso)	contratuais (falta de verba)						<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	muito baixo (1)	muito alto (5)	baixo (5)	---	X	
N6	ADS China	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
		Não priorização,	baixo (2)	médio (3)	baixo (6)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Destacar para a área a

N7	SIDTUR: retomada do desenvolvimento do novo sistema	por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema						importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	muito baixo (1)	muito alto (5)	baixo (5)	---	X	
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	X	---	
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da

N8	Desenvolver arquitetura do novo Portal de Turismo do MTur - Portal Brasil	Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	baixo (2)	Médio (8)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa.
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	baixo (2)	baixo (2)	baixo (4)	---	X	

N9		Má definição dos requisitos do sistema	alto (4)	alto (4)	Alto (16)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	alto (4)	Alto (16)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa.
	Desenvolver solução tecnológica para operacionalização do Prêmio Nacional do Turismo	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	Médio (3)	alto (4)	Médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
		Má definição dos requisitos do sistema	Alto (4)	alto (4)	Alto (16)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento

N10		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
	Desenvolver sistema que pudesse integrar informações das propostas do siconv e cruzassem com todos os processos relacionados a análise, prestação de contas do convênio MTur.	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do sistema	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
N11	Desenvolver Agenda de Eventos do Ministério do Turismo - evolução da ferramenta e	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções	alto (4)	Baixo (2)	Médio (8)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração

N12	incorporação ao SIDTUR	contratuais (falta de verba)						<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	Baixo (2)	alto (4)	Médio (8)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	Médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	
	Implantar e adaptar sistema para Gestão de Processos internos do MTur: Substituição da Plataforma de Gestão	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não

	do Turismo (PGTur), hoje suportada por tecnologia obsoleta, sem suporte do fabricante da solução.							atendimento
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	
N13	Implantar e adaptar sistema para Cadastro de Informações sobre financiamentos concedidos pelos Bancos contratados pelo Fungetur	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento

N14		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do
	Implantar e adaptar r sistema para controle das emendas parlamentares	<p>Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)</p> <p>Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades</p>	alto (4)	alto (4)	alto (16)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do

N15		do sistema						<p>sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;</p> <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	
	Desenvolver nova versão do sistema FISCON (Reescritura e Evolução)	<p>Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)</p> <p>Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema</p>	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; <p>ou</p>
			baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	

N16		Má definição dos requisitos do sistema	muito baixo (1)	muito alto (5)	baixo (5)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
	Retomar o desenvolvimento do sistema GESPRO 2.0 (Sistema de Infraestrutura Turística - SIT)	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI

N17	Desenvolver sistema de controle de eventos e interlocução com as secretarias estaduais do turismo	Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento

N18	Desenvolver sistema de controle de eventos e seus gastos; O sistema é de uso interno do MTur, disponível a todas as áreas envolvidas com Transferência Voluntárias	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X	---	<p>dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do sistema	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a

							expectativa	
N19	Desenvolver Sistema para Geração de Relatórios a partir de base de dados da área, em substituição ao CONSIAFI	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	médio (3)	médio (12)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	

N20	Disponibilizar a produção do portal SEI	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	alto (4)	alto(16)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	baixo (2)	médio (3)	baixo (6)	---	X	
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto(5)	alto(15)	---	X	
N21	Implantar e adaptar sistema de Controle de Visitantes	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções	alto (4)	médio (3)	médio (12)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração

N22		contratuais (falta de verba)						<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa 	
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X		
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X		
		Retomar o desenvolvimento do módulo CNT do sistema SAC - Sistema de Acompanhamento de Colegiado	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções	baixo (2)	baixo (2)	baixo (4)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
			contratuais (falta de verba)						
			Não priorização,	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Destacar para a área a

N23	Implantar e adaptar sistema de acompanhamento de demandas da Ouvidoria	por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema						importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da
		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	baixo (2)	baixo (6)	X	---	
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	

		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
N24	Implantar e adaptar sistema para substituição de planilhas utilizadas para controle das diversas informações acerca de cadastros de servidores	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	

N25	Reformulação e evolução do sistema SCDE	Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	<p>percepção/perspectiva da CGTI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	alto (4)	alto (16)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI

		Má definição dos requisitos do sistema	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
N26	Dar continuidade ao desenvolvimento do sistema CESI - Combate da Exploração Sexual Infantil	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas
		Má definição dos requisitos do sistema	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	

NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO CORRETIVA								
ID	Necessidade	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO	RISCOS ACEITAVEIS	RISCOS TRATÁVEIS	AÇÕES DE TRATAMENTO
N27	Desenvolver plataforma on-line para divulgar oportunidades de negócios em todas as regiões turísticas do país	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	médio (3)	médio (3)	médio (9)	X		com a expectativa - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou 101 - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do sistema	médio (3)	alto (4)	médio (12)		X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do sistema	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)		X	

N28	Todos os sistemas e sites do parque tecnológico do MTur são passíveis de manutenção, podendo as mesmas serem dos tipos corretiva, evolutiva ou adaptativa, conforme demanda.	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização dos ajustes no sistema para conclusão da demanda; ou
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades a serem ajustadas (em caso de problemas múltiplos)	muito baixo (1)	alto (4)	baixo (4)	---	X	- Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição da demanda/ajuste	médio (3)	muito alto (5)	alto (15)	---	X	- Solicitar ao demandante a complementação das informações necessárias à execução dos ajustes
NECESSIDADES DESENVOLVIMENTO/MANUTENÇÃO DE APLICATIVOS								
ID	NECESSIDADE	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO	RISCOS ACEITAVEIS	RISCOS TRATÁVEIS	AÇÕES DE TRATAMENTO
N29	Desenvolver aplicativo para o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	baixo (2)	baixo (2)	baixo (4)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - - Buscar priorização junto à alta administração - - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
		Não priorização,	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Destacar para a área a

N30	Manutenção evolutiva do Aplicativo do Turismo Acessível	por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo						importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme 120 percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do aplicativo	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	muito alto (2)	baixo (4)	médio (8)	X	---	- Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo	médio (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	- Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo,

N31	Desenvolver aplicativo para o sistema SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse	Má definição dos requisitos do aplicativo	alto (1)	muito alto (5)	alto (5)	---	X	<p>para conclusão do projeto; ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	médio (3)	médio (12)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	<p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da

						CGTI
Má definição dos requisitos do aplicativo	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto;
Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
Má definição dos requisitos do aplicativo	muito baixo (1)	muito alto (5)	baixo (5)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa

N32		Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta de verba)	alto (4)	baixo (2)	médio (8)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração - Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento - Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
	Manutenção evolutiva e/ou adaptativa do Aplicativo desenvolvido em parceria com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas)	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo	alto (4)	alto (4)	médio (8)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI - Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
		Má definição dos requisitos do aplicativo	muito alto (5)	muito alto (5)	muito alto (25)	---	X	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração -
N33	Desenvolver aplicativo para as matrizes do SBClass - Sistema Brasileiro de	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções	muito alto (5)	baixo (2)	médio (10)	X	---	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - Buscar priorização junto à alta administração -

Classificação dos Meios de Hospedagem.	contratuais (falta de verba)							Sensibilizar a alta direção acerca dos impactos de não atendimento
	Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades do aplicativo	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do aplicativo, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI	
	Má definição dos requisitos do aplicativo	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa	

NECESSIDADES AQUISIÇÃO DE SOFTWARES

ID	NECESSIDADE	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESTIMATIVA DO NÍVEL DE	RISCOS ACEITÁVEIS	RISCOS TRATÁVEIS	AÇÕES DE TRATAMENTO
N34	Aquisição de Software - Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA).	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta

N35		para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente						administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
								- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da

		desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias						contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
N36	Software de pesquisas	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	médio (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal - Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	alto (4)	médio (3)	médio (12)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
N37	Ampliar o licenciamento da solução de Business Intelligence (BI)	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	médio (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal

N38	Software de edição de Imagens	disposto na IN4 e legislação pertinente						- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem	média (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação.
		funcionalidades desnecessárias						- Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
	Software de edição de Imagens	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros - Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos

		funcionalidades desnecessárias					requisitos por parte do demandante	
N39	Software de edição de vídeos	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
N40	Software de gerenciamento de processos	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	baixo (2)	médio (8)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação.
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e	muito alto (5)	baixo (2)	médio (10)	---	X	- Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
								- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
								- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
								- Solicitar ao M. Economia

N41	Software de gerenciamento de projetos/planejamento	legislação pertinente						a presença de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	baixo (2)	baixo (6)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	baixo (2)	baixo (2)	baixo (4)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
		Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	médio (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal - Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades	médio (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do

			desnecessárias						demandante
N42	Leitura e edição de PDF	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	médio (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;	
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal	
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs	
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	muito baixo (1)	médio (3)	muito baixo (3)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros - Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante	
NECESSIDADES DE AQUISIÇÃO DE HARDWARES E SERVIÇOS (COMPILADO)									
ID	NECESSIDADE	RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO	RISCOS ACEITÁVEIS	RISCOS TRATÁVEIS	AÇÕES DE TRATAMENTO	
N43	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização	Falta de apoio da alta administração	baixo (2)	muito alto (5)	médio (10)	---	X	- Sensibilizar a alta administração	

N44	das atividades do Ambiente Central:	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro	alto (4)	muito alto (5)	alto (20)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Falta de priorização da necessidade, ocasionando defasagem do parque computacional e não atendendo as demandas dos usuários	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	- Buscar alternativas - registro de preço, cessão, outros
		Licitação deserta ou fracassada	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Realizar a priorização entre as ações do ambiente distribuído
								X
	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do	Falta de apoio da alta administração	baixo (2)	alto (4)	médio (8)	---	X	- Revisar os artefatos e consultar o mercado sobre as dificuldades em atender ao edital
		Indisponibilidade	alto (4)	alto (4)	alto (16)	---	X	- Sensibilizar a alta administração
								- Buscar recursos junto aos

	Ambiente Distribuído (Equipamentos, serviços e contratos):	de recursos orçamentário e financeiro						patrocinadores, alta administração;
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	médio (3)	alto (15)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal
		Morosidade no processo licitatório	média (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Falta de priorização da necessidade, ocasionando defasagem do parque computacional e não atendendo as demandas dos usuários	baixo (2)	médio (3)	baixo (6)	---	X	- Buscar alternativas - registro de preço, cessão, outros - Realizar a priorização entre as ações do ambiente distribuído
		Licitação deserta ou fracassada	média (3)	médio (3)	médio (9)	---	X	- Sensibilizar a alta administração
N45	Criação de sistema para coleta e uso inteligente de dados públicos	Necessidade não ser priorizada e cortes ou reduções contratuais (falta	alto (4)	baixo (2)	Médio (8)	X	---	- Revisar os artefatos e consultar o mercado sobre as dificuldades em atender ao edital - Aceitar ocorrência e não atender necessidade - - Buscar priorização junto à alta administração - - Sensibilizar a alta direção

N46		de verba)						acerca dos impactos de não atendimento
		Não priorização, por parte da área demandante, das funcionalidades a serem ajustadas (em caso de problemas múltiplos)	baixo (2)	baixo (2)	baixo (4)	---	X	- Destacar para a área a importância e o impacto da definição e priorização das funcionalidades do 108 sistema, bem como da delimitação de escopo, para conclusão do projeto; ou - Priorização conforme percepção/perspectiva da CGTI
		Má definição dos requisitos do sistema	alto (4)	alto (4)	Alto (16)	---	X	- Sensibilizar a área quanto a importância das definições/determinações, na fase do levantamento dos requisitos das funcionalidades, para que as entregas estejam alinhadas com a expectativa
	Ferramentas de inteligência artificial: Chatbot; Análise de sentimento e análise de perfil psicológico.	Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro ou não encontrar softwares livres	alto (4)	média (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal - Solicitar ao M. Economia a presença

N47	Ferramenta de tradução de texto	legislação pertinente						de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que possuem funcionalidades desnecessárias	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor especificação dos requisitos por parte do demandante
		Indisponibilidade de recursos orçamentário e financeiro ou não encontrar softwares livres	alto (4)	média (3)	médio (12)	---	X	- Buscar recursos junto aos patrocinadores, alta administração
		Equipe reduzida para atendimento ao disposto na IN4 e legislação pertinente	muito alto (5)	alto (4)	alto (20)	---	X	- Sensibilizar a alta administração quanto a falta de pessoal - Solicitar ao M. Economia a presença de ATIs
		Morosidade no processo licitatório	médio (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Buscar alternativas: registro de preço, cessão, outros
		Adquirir licenças que não tenha as funcionalidades desejadas ou que	média (3)	alto (4)	médio (12)	---	X	- Levantar e detalhar as funcionalidades desejadas no planejamento da contratação. - Melhor

possuem
funcionalidades
desnecessárias

especificação dos
requisitos por parte do
demandante

Quadro 16 - Plano de Gestão de Riscos

17 PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O PDTIC não é um documento imutável e deve ser revisto e atualizado para atender às necessidades e estratégias organizacionais ao longo do seu período de validade. Dessa forma, o PDTIC do MTur será revisado a cada ano, de forma ordinária, a partir da data de sua publicação e formalização, de modo que continue a espelhar as necessidades reais de TI do Ministério, o alinhamento dessas com a finalidade negocial do Órgão e sua adequação ao orçamento da Pasta, em concordância com as deliberações do Comitê Estratégico de TI.

A responsabilidade de revisão do PDTIC fica a cargo da equipe técnica da CGTI, que elaborou o documento. Assim, como no caso da homologação original do Plano, cabe ao CETI a responsabilidade de aprovação da sua revisão.

O intuito de tal revisão se alicerça na identificação de necessidades de atualização e realinhamento de diretrizes, planejamentos, metas e ações e, sobretudo, na fundamentação da elaboração de proposta orçamentária de TI para o próximo exercício.

Eventualmente, o PDTIC poderá ser revisado em prazo inferior a um ano nos casos em que ocorra fato intempestivo que provoque a necessidade de sua revisão emergencial, como por exemplo o acolhimento de necessidades de TI oriundas da publicação de normativos legais que demandem atendimento imediato ou em curto prazo. Nessas situações, o PDTIC deverá ser atualizado emergencialmente de modo a incorporar as novas necessidades e/ou se adequar à nova realidade.

18 PLANO DE MONITORAMENTO

O monitoramento dos projetos e das ações que integram este PDTIC é um fator fundamental para o seu sucesso. O monitoramento verifica se o progresso das ações do PDTIC está evoluindo conforme o planejado, focando principalmente no processo, no esforço ou nas condições ambientais.

De acordo com o Guia de PDTIC do SISP, “o monitoramento, portanto, no âmbito do acompanhamento do PDTIC, pode ser considerado como uma atividade constante e sistemática de coleta de informações a respeito do desempenho da execução do PDTIC, de modo a identificar possíveis desvios das ações programadas e colaborar para o momento de avaliação e posterior tomada de decisões”.

Assim, este PDTIC buscou, entre outros objetivos, definir o monitoramento que será adotado para a verificação do cumprimento das necessidades previstas.

As atividades que irão compor o monitoramento das ações deste PDTIC são:

- **Analisar informações de monitoramento:** coletar, registrar e analisar as informações, realizando ações corretivas, se necessário, e gerindo riscos.
- **Consolidar informações de monitoramento:** consolidar informações sobre o monitoramento do PDTIC, atualizando a documentação, se necessário.

Nesse sentido, o plano de monitoramento das ações do PDTIC está assim composto:

- **Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI:** instância designada formalmente para acompanhamento e deliberação referente às metas e ações constantes neste PDTIC, é composto por integrantes da alta administração, representantes de todas as unidades administrativas do Ministério do Turismo.
- **Mentoria:** os projetos mais críticos do PDTIC passam por um monitoramento realizado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI (EGP-TI), com reuniões periódicas junto às equipes desses projetos, quando são discutidas as dificuldades e alternativas de encaminhamento das soluções.
- **Reuniões de Avaliação Estratégica:** são realizadas reuniões com o CETI para avaliar os resultados obtidos, oportunidade em que também é discutido o desempenho dos projetos e prospecção de ações futuras.
- **Reuniões de Resultados:** no decorrer do período, está prevista a realização de Reuniões de Resultados, com frequência a ser definida pelo EGP-TI, quando serão apresentados, pelos próprios responsáveis (gerentes de projetos), a situação e o andamento dos projetos do PDTIC.
- **Relatórios periódicos:** mensalmente, o EGP-TI gera e distribui aos gerentes de projetos e ao Coordenador-Geral de TI um relatório dos projetos do PDTIC, de cunho gerencial, a partir de informações consolidadas pelos membros envolvidos, divulgando a situação, seus eventuais problemas, encaminhamento de soluções e as tendências no andamento daqueles projetos.

As demandas previstas por este PDTIC deverão ter os seus planejamentos, os monitoramentos e as execuções alinhadas com a metodologia estabelecida pela área de TI. Os modelos para a documentação e as orientações para o exercício das boas práticas de projetos, em conformidade com

a metodologia citada, terão o apoio técnico localizado na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Como ferramenta de monitoramento está prevista a utilização de planilhas e criação de *dashboards*, facilitando a visualização das informações. Estas serão atualizadas sempre após as Reuniões de Resultados.

O plano de monitoramento (Anexo XX) está baseado no item 7, “Processo de Acompanhamento do PDTI”, devendo ser observado continuamente ao longo de todo período de vigência do PDTIC do Ministério do Turismo.

19 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Os Fatores críticos são requisitos necessários para alcançar o sucesso na execução deste Plano Diretor. A ausência de um ou de vários desses requisitos, ou mesmo sua presença de forma precária, certamente gerará impacto na estratégia de TI e, conseqüentemente, no negócio do MTur.

Foram identificados como fatores crítico no caso deste PDTIC: o patrocínio da alta administração para execução das ações planejadas; a disponibilidade orçamentária para as aquisições estimadas; a priorização das ações de maneira coerente com os objetivos estratégicos organizacionais e com o estabelecido neste PDTIC; a disponibilidade das áreas usuárias demandantes de sistemas informatizados durante os projetos de atendimento dessas demandas; e, necessariamente, um quadro de pessoal qualificado e em quantidade adequada à execução das ações planejadas, nos prazos estimados.

20 CONCLUSÃO

A evolução tecnológica dos últimos anos tem gerado profundas mudanças no comportamento das organizações públicas. Ações de tecnologia, informação e comunicação (TIC) tornaram-se fundamentais para qualquer tipo de negócio. Para isso é necessário um planejamento amplo, que alinhe as estratégias organizacionais com as de TIC, priorizando ações e prevendo os investimentos/custeios necessários ao alcance de metas e objetivos como um todo.

Neste contexto, consoante com o Guia de PDTIC do SISP, o Plano Diretor de TIC “é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades”. O PDTIC representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TIC da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TIC, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão” [1].

Segundo o SISP, há diversos benefícios em se adotar o PDTIC como norteador, sendo estes: a alocação mais adequada dos recursos da área de TIC de acordo com as prioridades institucionais e com os resultados esperados; a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública (economicidade); o fortalecimento das ações de TI (efetividade); facilitação da Gestão dos recursos da TI (governança); a geração de valor para o órgão pela atuação estratégica da TI; satisfação dos “clientes” da TI (áreas finalísticas); a disciplina na utilização dos recursos orçamentários para a área de TI; maior transparência para o cidadão; maior compartilhamento de informações.

Destaca-se ainda a evolução do Governo Federal rumo à utilização de serviços e participação online direcionados aos cidadãos. A adoção da Estratégia de Governança Digital - EGD é a maior evidência dessa tendência, fazendo com que os órgãos públicos disponibilizem seu catálogo de serviços de forma ampla. Esse direcionamento, com grande impacto não só para o cidadão, mas também para o gestor público, que deve prestar os serviços com primazia, corrobora ainda mais para os benefícios e importância da TIC.

Assim, a implementação e execução deste PDTIC deixou de ser apenas uma obrigação legal e irá gerar benefícios amplos para o Governo e Sociedade, pautando-se no alinhamento do planejamento estratégico ao tático e operacional, contribuindo para continuidade de ações governamentais, integrando a Tecnologia da Informação e Comunicação com as áreas de negócio e cidadão.

21 SIGLAS

ATI - Analista de Tecnologia da Informação

CARTI - Coordenação de Administração de Recursos de TI

CBoK - Common Body of Knowledge

CDMS - Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

CITI - Coordenação de Infraestrutura de TI

COBIT - Control Objectives for Information and related Technology

CoSIC - Coordenação de Segurança da Informação e Comunicações

CPGTI - Coordenação de Planejamento e Gestão de TI

CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

DAS – Diretoria e Assessoramento Superior

EGP-TI - Escritório de Planejamento e Gestão de TI

ETIR - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais

GSI/PR - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

GSIC - Gestão de Segurança da Informação e Comunicações

IN04 - Instrução Normativa nº 04/2010/SLTI/MP

ITIL - Information Technology Infrastructure Library

MCPC - Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI

PCI - Política de Classificação da Informação

PDSIC - Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

PEI - Plano Estratégico Institucional

PETI - Plano Estratégico de TI

PG-ETIR - Plano de Gestão da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais

PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo

PMBok - Project Management Body of Knowledge

PMI - Project Management Institute

PRONATEC – Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego

SIC - Segurança da Informação e Comunicações

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

22 ANEXOS

ANEXO I - INVENTÁRIO DE TI

MICROCOMPUTADORES MTUR			
MARCA/MODELO	ESPLANADA	SBN	TOTAL
Positivo	163	113	276
HP i5	64	30	94
HP 6005 TOWER	18	14	32
HP 6005 SLIM	46	21	67
DELL	21	0	21
TOTAL	312	178	490

Tabela 9 - Microcomputadores

NOTEBOOKS					
MARCA / MODELO					
TOSHIBA	SONY	HP	ACER	EMACHINE	TOTAL
01	13	07	08	01	30

Tabela 10 - Notebooks

IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS		
Esplanada dos Ministérios		
MARCA	MODELO	Quantidade
Lexmark	CS510	20

Cannon	C2230	1
Cannon	C3530I	1
Lexmark	CX510	20
Lexmark	MX511	24
TOTAL		66
Setor Bancário Norte		
MARCA	MODELO	Quantidade
Lexmark	CS510	1
Cannon	C2230	1
Cannon	C3530I	1
Lexmark	CX510	6
Lexmark	MX511	11
TOTAL		20
TOTAL DE IMPRESSORAS		Quantidade
TOTAL Esplanada		66
TOTAL SBN		20
TOTAL		86

Tabela 11 - Impressoras multifuncionais

SCANNERS		
MARCA	MODELO	Quantidade

KODAK	i1150	14
KODAK	i2820	04
TOTAL		18

Tabela 12 - Escaneres

ATIVOS DE REDE				
TIPO DO ATIVO	MARCA / MODELO DO ATIVO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	Quantidade
Switch Core SBN	750126 HP	Switch Core ID	Interconexão de switches e roteamento de caminhos de rede	1
Switch Core ESP	10508 HP	Switch Core Esplanada	Interconexão de switches e roteamento de caminhos de rede	2
Switches de Acesso SBN	5120 48G HP	Switches de borda	Distribuição de serviços para usuários finais	12
Switches de Acesso ESP	5120 24G HP	Switches de borda	Distribuição de serviços para usuários finais	22
Switches de Acesso ESP	3Com Switch 4500G 48-Port 3com	Switches de borda cascadeados	Distribuição de serviços para usuários finais	3 ESP

Switches de Acesso SBN	3Com Switch 4500G 48-Port 3com	Switches de rack	Distribuição de serviços entre equipamentos do CPD	3 SBN
Access Points (AP's)	AP5030DN	Huawei	Transmite sinal para acesso à rede MTur aos usuários do Ministério e visitantes	32 SBN ESP
Access Points (AP's)	AP8130DN	Huawei	Transmite sinal para acesso à rede MTur aos usuários do Ministério e visitantes	1 ESP
Appliance para Access Points (AP's)	AC6605-26-PWR	Controladora Huawei	Controlar as configurações e funcionalidades dos AP's da rede wireless	2 SBN ESP

Tabela 13 - Ativos de rede

Equipamentos de TI				
Tipo do Ativo	Marca / Modelo do Ativo	Descrição	Serviço	Quantidade
Servidores Rack	HP ProLiant	Gen8 Xeon E5-2680v2 MEM 256 GB	IMC - Console dos ativos de rede (SWs) Sistema de telefonia	2 ESPL SBN
	HP ProLiant	Gen8 Xeon E5-2680v2 MEM 256 GB	12 HOSTS – Cluster de Virtualização 1 HOST – Telefonia 3 HOSTS- SQL	16 ESP
	R720 – DELL	Intel Xeon processor E5-2600 com 2 processor – MEM 64Gb	Network-Attached Storage	1 SBN

R710 – DELL	Quad-core Xeon processor 5500 Com 2 processor – MEM 32Gb	Sem serviços essenciais (pode ser desligado)	2 SBN ESP
R910 – DELL	Intel Xeon E5504- 2.00GHz com 2 Processor - MEM - 256 GB 2hd's 1 HD 135 GB / 1 HD 100 GB	1 HOST – ZEUS 1 HOST – Sem serviços essenciais (pode ser desligado) 2 CLUSTER DE VIRTUALIZAÇÃO	4 SBN ESP
R610- DELL	Servidores com 2 processadores Intel XEON E5504 - 2.00 GHz – MEM 8 GB, 1HD 150GB	1 HOST – Domain Controller 1 HOST – Virtual Machine Manager 1 HOST – DESLIGADO 1 HOST- Telefonia	4 SBN ESP
R420 - DELL	8GB de memória RAM Intel Xeon CPU E5-2430 v2 2.50GHz 60 GB de Armazenamento + 867 GB entregues do storage. Possui o Windows Server 2012 R2 Standard	CFTV	1 ESP
R210 II DELL	Servidor com 4GB de memória RAM Intel Xeon CPU E31220 3.10GHz 465 GB de Armazenamento Possui o Windows Server 2012 R2 DataCenter	Domain Controller	1 SBN

Storages	NetApp 8020	360 TB	Armazenamento em Disco	1
	NetApp 3040	100TB	Armazenamento em Disco	1
Racks de Servidores	Black Box	42 U	Ativos de rede	1 SBN
	HP	42 U	1 telefonia e 1 patch panel	1 SBN
	Sem Marca	-	1 telefonia e 1 patch panel	1 SBN
	NETAPP	42 U	Storage (7 gavetas de HD e 2 controladoras)	1 ESP
	RITTAL	42 U	21 servidores racks (um com 16 e outro com 5) + 3 appliance (McAfee), 2 servidores, 1 appliance (Netbackup), 1 Robo Quantum	3 ESP
	FURUKAWA	45U	2 firewalls, 1 SW HP V1910, 2 DDoS, 1 SW HUAWEI, 2 SW Core + 5 patch panels e organizadores de cabos	2 ESP
Equipamentos de Segurança da Informação	MCAFEE – EG500	-	AntiSpam	2
	FortiNet-FortiGate 501E		Firewall	2
	FortiNet-FortiGate 300C	-	Firewall	2

	FortiNet - FortiGate 200 b		Firewall (sem uso)	2
	Corero - 5100	-	DDOS	2
	IPS McAfee M3050	-	IPS	2
Gerador	CUMMINS	125 KVA	Gerador de Energia	1
Nobreaks	ACECO		Garante energia elétrica por determinado tempo em caso de interrupção de energia da fonte principal.	2 ESP
Estabilizador	Conceptpower DPA	Protetor modular de energia elétrica Power ranger: 8-200KW por rack	Garante energia elétrica por determinado tempo em caso de interrupção de energia da fonte principal	1 SBN
	AMPLIMAG	Estabilizador de tensão	Protege os equipamentos eletroeletrônicos contra surtos e variações de energia	1 SBN
	Brocade NI-CE-2000	Router Infovia	Internet e Vlan Infovia	1
Backup	Symantec NetBackup Appliance 5230 Version 2.5.3	-	-	1
Robô de backup	Quantum	Modelo SCALARI500	-	1

*Em virtude da atualização do circuito elétrico do MME, o MTur foi inserido no barramento, tendo seus nobreaks desligados. ** 2 com defeito - Sem uso. *** Com defeito - Sem uso

Tabela 14 - Equipamentos de TI

TELEFONIA					
Telefones SIEMENS	Modelo 410 s	Modelo 20	Modelo 40	Modelo 80	Total
SBN	143	33	23	3	202
ESPLANADA	270	40	52	32	394
Total	413	73	75	35	596

Tabela 15 - Telefones

ANEXO II - APLICAÇÕES DESENVOLVIDAS E MANTIDAS NO MTUR

Os quadros abaixo apresentam a lista de aplicações - sistemas e sítios - desenvolvidas e mantidas no âmbito do Ministério do Turismo.

As informações estão divididas em três: Sistemas de Informação, Sítios e Aplicativos Móveis, contemplando os seguintes itens:

- **Aplicação:** nome da aplicação;

Descrição: Informações acerca do objetivo do sistema;

- **Endereço:** link de acesso à aplicação;
- **Área Gestora:** área gerente e demandante do Sistema, incluindo solicitações de evoluções e atualizações, informado por Secretaria/Diretoria/Coordenação;
- **Estado:** informação se o sistema está em ambiente de produção (sistema foi colocado no ar para pleno uso), homologação (ambiente de teste disponibilizado a área gestora para realização de testes das funcionalidades desenvolvidas) ou se está ainda em desenvolvimento.
- **Situação:** Informação se o sistema está ativo (em uso pela área gestora) ou inativo (sistema não está sendo usado).

Convêm ressaltar que um sistema ou sítio pode estar em ambiente de produção e mesmo assim estar inativo.

SISTEMAS					
Nome	Descrição do sistema	Endereço/Link	Área Gestora	Estado (Produção, Homologação, Desenvolvimento)	Situação (Ativo / Inativo)
Agenda Competitividade - Sistema de controle de pleitos do setor do turismo	Sistema responsável por registrar e acompanhar os pleitos do setor, mantendo um histórico das ações decorrentes, bem como seus resultados.	http://gm.mtur.gov.br/agecom/	GM	Produção	Ativo
Agenda Competitividade - Sistema de controle de pleitos do setor do turismo	Sistema responsável por registrar e acompanhar os pleitos do setor, mantendo um histórico das ações decorrentes, bem como seus resultados.	http://se.mtur.gov.br/agecom/	SE	Produção	Ativo
ADS China	Sistema responsável pela chamada pública para credenciamento das agências na recepção de turistas chineses.	http://adschina.turismo.gov.br/	AERI	Produção	Ativo
Aniversariantes	Sistema responsável pelo envio de e-mails parabenizando os aniversariantes.	http://aniversarios.mtur.gov.br/	COGEP	Produção	Ativo

Apolo	Sistema de gestão de três módulos: <ul style="list-style-type: none"> • CDE (controle de demandas externas que chegam ao MTur); • PPP (Plano de Providências Permanente CGU) • TCU (Controle das deliberações do TCU) 	http://apolo.turismo.gov.br	AECI	Produção	Ativo
Plataforma de Engajamento e Aprendizagem-PEA	Plataforma para gerenciar e disponibilizar os cursos de ensino à distância do MTur, que atualmente são os canais Brasil Braços Abertos e Gestor de Turismo	http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br/ e http://gestor.turismo.gov.br/	CGQT	Produção	Ativo
CADASTUR 3.0	Sistema de cadastro dos prestadores de serviços turísticos	http://www.cadastur.turismo.gov.br	CFOC	Ativo	Ativo
Fiscon	Fiscalização de convênios para eventos geradores de fluxo. Sistema de fiscalização e acompanhamento de convênios firmados com o MTur	www.fiscon.turismo.gov.br/fiscon/	CGMC	Produção	Ativo
Futuro	Login integrado e centralizador de perfis e permissões dos sistemas da Secretaria Executiva	http://se.mtur.gov.br/futuro	SE	Produção	Ativo

GDPGPE/GDACE	Sistema que permite a apuração do desempenho individual e institucional, nos termos do decreto 7.133/2010, assim como o acompanhamento da meta global do Ministério, dos departamentos e das atividades de cada equipe.	http://se.mtur.gov.br/gdpgpe/public/	SGE	Produção	Ativo
GIT - Georreferenciamento Inteligente do Turismo	Monitora a execução de obras de infraestrutura	http://git.turismo.gov.br/	GM	Produção	Ativo
Mapa do Turismo (antigo Mapa da Categorização)	Dados estatísticos de municípios do Brasil, referentes à quantidade de turistas domésticos, estrangeiros, estabelecimentos e empregos.	http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home	CTCF	Produção	Ativo
SISPLAMA (antigo Mapa da Qualificação)	Sistema Mapa da Qualificação do DCPAT (desenvolvido pela empresa Memora).	http://sisplama.hog.turismo.gov.br/sisplama/#!/public/login	DCPAT	Homologação	Ativo
Monitoramento Acordo	O Sistema tem como objetivo prover o monitoramento e acompanhamento dos Projetos relacionados ao Acordo de Cooperação Técnica.	http://se.mtur.gov.br/monitoramentoacordo	SGE	Produção	Ativo

Monitoramento de Desempenho	Portal de monitoramento de desempenho do MTur. O sistema também apresenta os módulos: Plano de Ação, Orçamento e GDPGPE.	http://monitoramento.mtur.gov.br/	SGE	Produção	Ativo
MTur BI	O módulo de contratos dentro da PGTur é utilizado pela alta gestão para o acompanhamento e monitoramento dos contratos vigentes no MTur. Por meio de uma interface web é possível acompanhar de forma visual o conjunto de contratos que irão vencer, agrupados por mês. Além disso, é possível visualizar informações sobre valor do contrato, objeto, tipo, entre outras.	http://mturbi.turismo.gov.br/	SE	Inativo	Ativo
MTurDoc	Sistema para controle e gestão de documentos – oriundo do Ministério da Justiça	Instalado fisicamente nos computadores	MTur	Produção	Ativo
Organograma - Sistematização do Organograma do Ministério do Turismo	O organograma apresentado se baseia nas informações prestadas pelo RH na plataforma de gestão PGTur.	http://se.mtur.gov.br/organograma/	SGE	Produção	Ativo
PEA	Programa de Ensino e Aprendizagem	http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br/	CGQT	Produção	Ativo

		gov.br			
PGTur – Plataforma de Gestão Integrada do Turismo	PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo) tem como função realizar a gestão integrada e informatizada para apoio à administração, integrando o controle de informações de logística de operações, funções e programas, projetos, serviços e demandas em um único sistema, no âmbito do Ministério do Turismo.	http://pgtur.turismo.gov.br	CGTI	Produção	Ativo
PNT	Sistema de controle e monitoramento da elaboração do PNT 2016-2019	http://se.mtur.gov.br/pnt	SE	Produção	Ativo
Portal colaborativo (ver observação)	Portal responsável pelo compartilhamento de informações e páginas departamentais. Este portal permite ainda a divulgação dos projetos mantidos pelo Project	http://portalcolaborativo.mtur.gov.br/	CGTI	Produção	Ativo
Portal de Competências	O Portal de Competências tem como principal objetivo registrar, conhecer e identificar o potencial humano do Ministério do Turismo, bem como conhecer a formação acadêmica, profissional	http://se.mtur.gov.br/portaldecompetencias/	COGEP	Produção	Ativo

	e as áreas de interesse dos servidores.				
Radar - Radar Executivo(SE)	A aplicação RADAR foi concebida para acompanhar os temas internos da Secretaria Executiva e seus desdobramentos.	http://se.mtur.gov.br/radar/	SE	Produção	Ativo
SAC - Sistema de Acompanhamento de Colegiados	O Sistema de Acompanhamento de Colegiados (SAC) é uma ferramenta desenvolvida no Ministério do Turismo com o objetivo de facilitar o acesso e controle das informações sobre a participação dos servidores nos diversos colegiados. A ferramenta foi instituída pela Portaria nº 40 e é de uso e preenchimento obrigatórios pelos servidores do MTur nomeados como titulares e suplentes nos referidos colegiados.	http://sac.turismo.gov.br/	GM	Produção	Ativo
SBClass – Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem	O Sistema Brasileiro de Classificação estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem para atender à diversidade da oferta hoteleira nacional (Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama &	www.cadastur.turismo.gov.br	CGQT	Produção	Ativo

	Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel) e utiliza a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias.				
SCIEST	O SCIEST é um sistema criado pelo Ministério do Turismo para facilitar e tornar mais idôneo o processo seletivo dos alunos candidatos ao Programa de Qualificação Internacional, promovido pela Assessoria Especial de Relações Internacionais - AERI do MTur. Este sistema serve, ainda, para facilitar a comunicação entre o MTur e as Instituições de Ensino Superior – IES que possuem cursos nas áreas de Turismo e Hospitalidade. Além disso, o SCIEST é um ambiente no qual as IES inserem dados relevantes sobre seus cursos de Turismo e Hospitalidade, possibilitando ao MTur um diagnóstico do Ensino Superior em Turismo no País, com vistas a contribuir de forma mais eficaz para melhorias na formação dos futuros profissionais da área,	http://pqj.turismo.gov.br/	AERI	Produção	Ativo

	em parceria com as IES.				
SEI - Sistema eletrônico de informações	O Sistema Eletrônico de Informações foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e adotado como padrão para o para o Processo Eletrônico Nacional, projeto do Ministério do Planejamento.	http://sei.turismo.gov.br	SPOA	Produção	Ativo
SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Repasse (Nova versão)	O SIACOR proporciona uma visão gerencial detalhada de todos os contratos de repasse firmados entre a CEF e o MTur.	http://repasse.mtur.gov.br	SE	Produção	Ativo
SICA 1	Sistema interno de cadastro de acesso	http://sica.turismo.gov.br/	CGTI	Produção	Ativo
SICA 2	Sistema interno de cadastro de acesso	http://sica2.turismo.gov.br/	CGTI	Produção	Ativo
SICAR	Sistema de gestão de usuários com o MTur (interno da CGTI).	http://sicar.mtur.gov.br/	CGTI	Produção	Ativo
SIDTur	Objetiva a troca de informações turísticas relevantes acerca dos destinos turísticos do Brasil. Este sistema visa gerar inteligência a partir da troca de informações dos usuários de maneira colaborativa.	http://sidtur.turismo.gov.br	CGPRO	Produção	Ativo

SIPROTUR – Sistema de Acompanhamento do PRONATEC Turismo	Sistema de comunicação entre as Secretarias Estaduais, Instituições de Ensino (SENAC, SENAI) e o Ministério do Turismo, objetivando a pactuação de vagas para o programa PRONATEC Turismo.	www.siprotur.turismo.gov.br	DEQUA	Produção	Ativo
SISAGM	Sistema de Controle de Agenda do Gabinete do Ministro.	http://sisagm.turismo.gov.br	GM	Produção	Ativo
SISEM	Controle de propostas e dos saldos das emendas parlamentares.	http://sisem.mturismo.gov.br/SISEM/	CGAP	Produção	Ativo
Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo (ver observação)	Objetiva coletar informações de modo a facilitar a composição do Mapa do Turismo Brasileiro e auxiliar na formação de uma Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que englobe interlocutores estaduais, regionais e municipais do Programa.	http://sistema.mturismo.gov.br/	CTCF	Produção	Ativo
Sistema de Monitoramento das Olimpíadas Rio 2016	O sistema foi concebido para atuar no acompanhamento e monitoramento dos assuntos relativos à Olimpíada.	http://gm.mturismo.gov.br/olimpiada/	SGE	Produção	Ativo
Sistema de Monitoramento do	Concebido com a intenção de prover o monitoramento das	http://ppp.mturismo.gov.br	AECI	Produção	Ativo

Plano de Providências Permanente - SMPPP	ações do Plano de Providências Permanente.	ov.br/			
Sistema Reunião	O sistema tem por objetivo acompanhar todas as demandas oriundas de reuniões organizadas pelo Gabinete do Ministro, destacando seu prazo e responsável. Através dele teremos a rastreabilidade e controle dessas demandas, detectando possíveis necessidades de ajustes ou intervenções.	http://se.mtur.gov.br/reuniao	SE	Produção	Ativo
SIT (Gespro)	O Sistema SIT (GESPRO) visa o controle de propostas, convênios e emendas; controle dos documentos (ofícios e memorandos) que tramitam na Diretoria.	http://gespro.mtur.gov.br	DIETU	Produção	Ativo
SNRHos – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes	O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo, para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, e permitindo que o Governo Federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e	www.snrhos.hospedagem.turismo.gov.br	CTCF	Produção	Ativo

<p>Turismo Acessível</p>	<p>as taxas de ocupação hoteleira de cada região.</p> <p>Sistema para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia, possibilitando a avaliação da acessibilidade dos empreendimentos e atrativos turísticos</p>	<p>http://www.turismoacessivel.gov.br</p>	<p>CTCF</p>	<p>Produção</p>	<p>Ativo</p>
<p>Turismo com Música (Artistas do Turismo)</p>	<p>Sistema que garante transparência à contratação de artistas e bandas musicais por gestores públicos. O Ministério do Turismo investe em eventos como forma de estimular a movimentação turística.</p>	<p>http://turismocommusica.turismo.gov.br</p>	<p>CGEV</p>	<p>Produção</p>	<p>Ativo</p>
<p>Webservice do CADASTUR– MG</p>	<p>Webservice para que a Regional de MG acesse os dados do sistema Cadastur. Método para comunicação entre o novo Portal de Turismo de Minas Gerais e o CADASTUR. Um mecanismo de validação do CNPJ informado pela</p>	<p>http://cadastur.turismo.gov.br/cadastur/rest/autenticacao/obterToken?login=LOGIN&U2VuaGEgZG8gQ2FkYXN0dXI&nuP</p>	<p>CGRT</p>	<p>Produção</p>	<p>Ativo</p>

Webservice do INFOCONV Webservice do SNRHos – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes PRODETUR	empresa no Portal de acordo com a base de dados do CADASTUR. erfil=710				
	API para consumo dos webservices do Infoconv (CPF e CNPJ).	http://infoconv.turismo.gov.br	CFOC	Produção	Ativo
	Este webservice faz a integração do sistema SNRHos com os sistemas de gestão das redes hoteleiras.	http://fnrhws.hospedagem.turismo.gov.br/FnrhWs/FnrhWs?wsdl	SNPTur	Produção	Ativo
	Sistema que busca organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas.	http://sistema.prodetur.hlog.turismo.gov.br	CGPLA	Homologação	Ativo

Quadro 17 - Sistemas

Sítios e Portais				
Nome	Url	Público?	Área Gestora	STATUS
(GM) Agenda Competitividade - Sistema de controle de	http://gm.mtur.gov.br/agecom/	SIM		

pleitos do setor do turismo (GM)			
Agenda de Eventos (Calendário de Eventos)	http://www.turismo.gov.br/agenda-eventos/views/index.php	SIM	
CDSE	http://gm.mtur.gov.br/cdse/	SIM	SE
Dados e Fatos	www.dadosefatos.turismo.gov.br	SIM	
Hotsite Destinos Referência	www.destinosreferencia.turismo.gov.br	SIM	DESATUALIZADO
Hotsite SBClass (Portal da Classificação)	www.classificacao.turismo.gov.br	SIM	BAIXO USO
Iniciativas Sustentáveis	http://iniciativassustentaveis.turismo.gov.br/	SIM	
Intranet do MTur	http://intranet.mtur.gov.br/	NÃO	
Manual Digital de Convênios	http://intranet.mtur.gov.br/index.php/13-ministerio/secretaria-executiva/16-manual-de-convenios	NÃO	
Portal de Acesso à Informação	http://acessoainformacao.turismo.gov.br/	SIM	
Portal de Investimento – IT Brazil	http://investimento.turismo.gov.br/	SIM	
Portal do Programa de Qualificação Internacional	http://pqi.turismo.gov.br/	NÃO	

Portal do SNRHos - Sistema Nacional de Registros de Hóspedes	www.hospedagem.turismo.gov.br	SIM	
Portal Institucional (Turismo Institucional)	www.turismo.gov.br	SIM	
Portal Turista	http://turista.turismo.gov.br	SIM	DESATUALIZADO
Pronatec Turismo	http://pronatec.turismo.gov.br/	SIM	
Radar - Radar Executivo(SE)	http://se.mtur.gov.br/radar/	SIM	SE
Viaje Legal	www.viajelegal.turismo.gov.br	SIM	
Brasil mais Turismo (SSB)	http://www.turismo.gov.br/brasilmaisturismo/	SIM	
Viaje para o sul	http://viajeprosul.turismo.gov.br/	SIM	
Programa de Regionalização do Turismo	http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/	SIM	
Amazônia Legal	http://amazonialegal.turismo.gov.br/	SIM	

Quadro 18 - sites e portais

APLICATIVOS MÓVEIS				
Aplicação	Descrição	Endereço	Área Gestora	Situação

App Brasil	Aplicativo móvel destinado a promover o Brasil junto aos turistas nacionais e estrangeiros. Por meio deste aplicativo o turista terá acesso a informações sobre o tempo, eventos e demais promoções turísticas.	App Brasil Web (back-end): http://gitlab.turismo.gov.br/app-brasil/backend iOS: http://gitlab.turismo.gov.br/app-brasil/iphone Android: http://gitlab.turismo.gov.br/app-brasil/android	GM	Inativo
Turismo Acessível	Aplicativo móvel que complementa a plataforma web do Turismo Acessível	Apple Store (iOS): https://itunes.apple.com/br/app/turismo-acessivel/id924446289?mt=8 Google Play (Android): https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.mtur.ta&hl=pt_BR Windows Store (Windows Phone): https://www.microsoft.com/en-us/store/apps/turismo-acessivel/9nblgggzjgqg	SNPTur/DEQUA/C GTR	Ativo

Quadro 19 - Aplicativos móveis

Módulos da PGTUR – Plataforma de Gestão Integrada do Turismo: A PGTur tem a função de realizar a gestão integrada e informatizada para apoio a administração, integrando o controle de informações de logística de operações, funções e programas, projetos, serviços e demandas em um único sistema, no âmbito do Ministério do Turismo, onde estão reunidos os sistemas em formatos de módulos para utilização interna dos servidores e técnicos do MTur (exceção feita ao Módulo SNRHos – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes, que também é utilizado pelos Meios de Hospedagem).

A tabela abaixo apresenta o seus módulos e áreas gestoras.

PGTUR – PLATAFORMA DE GESTÃO DO TURISMO

Módulos	Área Gestora
Gestão de Agendas	GM e CGRL
Controle de Visitantes	GM e CGRL
Controle de Emendas Parlamentares	GM/ASPAR
Controle de Correspondências e Encomendas	Protocolo e CGRL
Contratos	CGRL e CGCV
Controle de Execução Financeira de Convênios e Contratos de Repasse	CGPOF
Controle de Empenhos	CGPOF
Gestão de Convênios	CGCV
Workflow de Convênios – Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial	CGCV
Controle de Propostas e Projetos	CGCV
Almoxarifado	CGRL
Transportes	CGRL
Fiscalização de Convênios Referentes à Promoção de Eventos e Infraestrutura	CGEV
Recursos Humanos	COGEP
Gestão de Eventos	DEPROT/CGPRO/CGEV

Serviços Gerais	CGRL
Reprografia	CGRL
Controle de Empréstimos de Arquivos	CGRL
Compras	CGRL
Patrimônio	CGTI e CGRL
SNRHos – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes	CGRT

Quadro 20 - Plataforma de Gestão do Turismo